

POLITIKA

Rio, 11 a 17 de dezembro de 1972

Ano II - Número 60 - Cr\$ 2,00

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. _____

Inquisição e torturas no Brasil

ALIOMAR BALEEIRO

MOACYR WERNECK DE CASTRO

MARCOS FREIRE / SEBASTIÃO NERY

ROLAND CORBISIER

SUSANNE ECKLE / EDMAR MOREL



Pedro Neiva

A Editoria

A abertura política com novos partidos

"É tempo de reflexão. É chegada a hora de pararmos para medir o que foi feito e o que precisa ser reformulado na vida política nacional." A frase não é nossa. É do coronel César Cals, governador do Ceará, durante um almoço que ofereceu à crônica política carioca, semana passada.

O que queria dizer o governador cearense com esta frase? Apenas o seguinte: é chegado o momento de se reformular alguns conceitos políticos, modificar a sistemática dando-lhe nova dinâmica, acertando detalhes que se mostraram falhos.

Para começar, o governador cearense acha que é preciso acabar com o sistema da sublegenda no regime bipartidário brasileiro. É de opinião que a divisão interna dos partidos só prejudica a unidade de comando, gerando quistos e quebrando a unidade imprescindível à liderança, entregue em cada Estado aos seus respectivos governadores. Como é óbvio, o chefe arenista está convencido que não é possível se conter todas as tendências políticas apenas em duas legendas partidárias. Defende a criação de um ou dois outros partidos políticos, que absorvam os desajustados da ARENA e do MDB.

Foi preciso que se realizassem estas eleições municipais para que os dirigentes políticos sentissem a necessidade da criação de novos partidos, vissem que não é possível se conter na camisa de força de duas estruturas partidárias várias filosofias de um país de 100 milhões de almas, sendo que uma dessas agremiações recebe todos os favores das áreas estaduais e federal, enquanto a outra é hostilizada. Seria natural que a ala beneficiada se agigantasse e com isso sofresse todos os problemas inerentes a esta elefantíase política, congregando em seus quadros toda espécie de homens e tendências.

O gigantismo da ARENA está descaracterizando a ARENA, esta é a conclusão a que chega o Sr. César Cals. Mas ao mesmo tempo em que o governador cearense reclama, incomodado, da indisciplina do partido de que é líder e dirigente máximo, defendendo o aparecimento de novas legendas para abrigar os descontentes e inconformados, não quer, contudo, abrir mão de certos preceitos que dificultam o surgimento dessas legendas por ele mesmo reclamadas para a solução satisfatória da rebeldia interna na ARENA, que se configura com o aparecimento de até duas sublegendas num município, numa declaração tática de que o partido não é um, mas três, conti-

dos na camisa de força do ato que o criou de cima para baixo.

Concorda o governador César Cals que é muito difícil, senão impossível, se criar um partido político no Brasil, atualmente, com a legislação vigente, que além dos obstáculos inventados para sua concretização, impede o ingresso de homens com mandatos na nova agremiação, a não ser que eles se sujeitem a perder suas prerrogativas, o que toda pessoa de bom senso sabe que muitos poucos homens estão dispostos a isso. O que, inclusive, seria um contra-senso: pensar em formar um partido com homens que se autocassariam durante pelo menos 4 anos. Seria um partido de fantasmas políticos, sem função, sem autonomia, sem futuro.

Sem deputados, senadores, vereadores e prefeitos não é possível se formar novos partidos no Brasil. O Sr. César Cals quer novos partidos, mas o regime não quer abrir mão do dispositivo da lei que cassa o parlamentar que muda de partido. Como então fundar novos partidos sem homens que lhes dêem sustentação política?

O exemplo da dificuldade criada pela lei está sendo vivido pelo ex-vice-presidente Pedro Aleixo, que há mais de um ano tenta fundar o Partido Democrático Republicano — PDR —, e não consegue vencer os obstáculos criados pela legislação eleitoral, apesar do dispositivo constitucional que expressa o regime pluripartidário no Brasil. O que conseguiu o Sr. Pedro Aleixo e seus amigos nestes quase 18 meses de luta? Apenas a adesão do deputado federal fluminense Adolfo de Oliveira, ameaçado de não se reeleger em 1974, caso o partido não esteja constituído até lá. O que é muito provável.

Os dirigentes do PDR, em organização, publicaram o manifesto do partido em 31 de março do ano passado e saíram em campo para angariar um milhão e cem mil eleitores que tivessem votado no último pleito, cada um com uma fichinha especial, com todos os dados pessoais. Uma exigência descabida, apenas para dificultar a criação do partido e com isso manter o sistema bipartidário. Neste primeiro ano o PDR não pôde cumprir a exigência, republicou o manifesto e está fazendo uma segunda tentativa, mas dificilmente conseguirá seu intento.

É uma incoerência pretender novos partidos políticos, e não querer abrir mão dos empecilhos para sua constituição.

Agenda

- A importação de 300 mil sacas de café cru de El Salvador, numa operação de draw back, para serem industrializadas no Brasil e reexportadas, está causando uma pequena revolução nos meios cafeeiros. O governo se explicou dizendo que esta operação foi feita em outras oportunidades, sem que se causassem prejuízos a quem quer que seja. Contudo, alguns cafeicultores paulistas, em sinal de protesto, deixaram de realizar o plantio de mudas programadas para este ano e estão se sentindo atingidos em seus interesses.

- E o senador Filinto Muller conseguiu o que sempre almejou: será o presidente do Senado, e consequentemente, presidente do Congresso Nacional, terceira pessoa na ordem de sucessão presidencial. Assim se faz a renovação de postos de chefia na vida política nacional. O velho e conhecido capitão Filinto, famoso desde a década de 30 quando se projetou internacionalmente, conseguiu mais este presente pelos relevantes serviços prestados.

- Os dirigentes da Indústria Carboquímica Catarinense, ICC, continuam se esforçando junto à direção da COSIPA, USIMINAS e CSN, no sentido de que desocupem a área portuária de Imbituba, onde se encontram estocadas 250 mil toneladas de carvão coque pertencentes a estas empresas siderúrgicas, para que possam dar início às obras do complexo industrial. Segundo as promessas feitas, até fevereiro a área de mais de 100 mil metros quadrados deverá estar desimpedida e então serão instaladas as fábricas de ácidos sulfúrico e fosfórico.

- Encerrou-se semana passada no Rio o I Encontro Nacional dos Exportadores, que reuniu mais de 800 empresários brasileiros discutindo aspectos ligados ao desenvolvimento do nosso comércio exterior. Delfim Neto compareceu ao conclave e na véspera de seu encerramento anunciou a assinatura do decreto presidencial regulando a criação das trading companies. Os exportadores queixaram-se, sobretudo, dos fretes elevados, que tiram as condições de competitividade dos nossos produtos no mercado internacional.

- Uma das preocupações permanentes do governador Pedro Neiva é o problema da distribuição de terras no Mara-

nhão, Estado que ainda apresenta grandes extensões de terras devolutas. Em consequência das novas estradas que tanto o governo federal como o estadual estão abrindo, aguçou-se o interesse de investidores do sul do país e até do estrangeiro pelas terras maranhenses. Raro é o dia em que o governador Pedro Neiva não recebe empresários, especialmente pecuaristas, de outros Estados com solicitação de terras. A resposta é sempre a mesma: "Terra nós temos, mas só damos para quem se comprometer a fazer investimentos imediatamente." Essa política tem dois objetivos: impedir a especulação e evitar que grandes áreas permaneçam improdutivas, à espera de valorização.

- Em segundo lugar considera o governo que o Maranhão tem problemas demográficos específicos que precisam ser resolvidos com investimentos maciços no setor rural. De fato, 74 por cento da população do Estado permanecem no campo. E o Maranhão tem revelado, no longo dos últimos anos, a mais alta taxa de crescimento demográfico da região, em virtude das correntes migratórias nordestinas. O censo de 1970 revelou que 24 por cento da população não era natural do Maranhão. Como o ritmo de transferência de nordestinos para o Maranhão se acelera, é preciso aproveitar, e bem, as terras disponíveis do Estado.

- O vice-líder da Arena, deputado Nina Ribeiro, criticou na Câmara as declarações do ministro Aliomar Baleeiro de que não há garantias para a magistratura no Brasil: — "Baleeiro deixou a majestade de seu alto cargo para retornar à Arena política, sendo por isso passível de censura." O deputado João Menezes, vice-líder do MDB, respondeu lembrando-lhe que, certa vez, ao visitar o presidente da República, integrando uma comissão de parlamentares da Arena e no exercício de sua liderança, Nina Ribeiro foi convidado por um contínuo do Palácio do Planalto a se retirar da fila, uma vez que seu nome não constava da lista a ser chamada. Nina ouviu, calou e sentou.

**Moacyr
Werneck
de Castro**

O Tribunal do Santo Ofício é ainda hoje uma realidade, já que muitos governantes só se preocupam com torturas e não ligam para orientações da ONU.



O suplício do potro foi aplicado ao dramaturgo Antônio José da Silva



Adolf Hitler

INQUISICÃO E TORTURA NA HISTÓRIA DO BRASIL

O Tribunal do Santo Ofício funcionou em Portugal durante três séculos, até a primeira metade do século passado. Foram julgadas cerca de 30 mil pessoas, a metade das quais condenadas à morte. Como colônia portuguesa, o Brasil também foi campo de atividade da Inquisição. Evocar os sombrios acontecimentos desse período histórico não tem para o autor desse artigo — como certamente não o terá para os editores de Politika — nenhum sentido de anticlericalismo ou de hostilidade à Igreja Católica, nem tampouco um sentido judaizante. O que importa é saber como ocorreram os fatos para podermos atingir as raízes do fanatismo e da intolerância que movem os inquisidores de todos os tempos. É o espírito da Inquisição que cumpre denunciar e combater; espírito que se mantém vivo e reponta, aqui e ali, sem o manto religioso, até mesmo sob o manto do ateísmo.

Adolf Hitler, Heinrich Himmler e companhia planejaram a *solução final do problema judeu* em termos de gigantescos autos-da-fé, com fornos crematórios onde eram consumidos milhões de seres humanos. Archibald Mac Leish, poeta norte-americano, ao iniciar-se a década de 1940, em plena guerra, alertava para o perigo da *parcela de nazis* mo que há em nossa mentalidade, e que iria manifestar-se com o macartismo. Sob o regime stalinista, o espírito inquisitorial se expressou através de violências de que *A confissão*, de Artur London, é um dos mais tremendos testemunhos. Em numerosos países do mundo a tortura tem sido empregada tranqüilamente, à maneira inquisitorial, pelos governantes. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU (1948), permanece, em muitos casos, letra morta.



O Brasil já foi paraíso de liberdade

No pórtico de sua monumental **História da origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal** (1854-1859), Alexandre Herculano caracteriza aquela época como época em que a tirania, o fanatismo, a hipocrisia e a corrupção nos aparecem em sua natural hediondez. Daí o seu interesse de escritor e historiador pelo assunto. E explica mais: **Quando todos os dias nos lançam em rosto os desvarios das modernas revoluções, os excessos do povo irritado, os crimes de alguns fanáticos e, se quiserem, de alguns hipócritas das novas idéias, seja-nos lícito chamar a juízo o passado, para vermos, também, aonde nos podem levar outra vez as tendências da reação...**

No Brasil, o tema tem atraído os estudiosos. Capistrano de Abreu tratou, num opúsculo de 1922, da visita do Santo Ofício à Bahia, em 1591-92. Varnhagen fez copiar nos arquivos de Lisboa os dois processos do dramaturgo Antônio José da Silva, conhecido como **o Judeu**, para publicação na Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Eduardo Prado, segundo o depoimento de Capistrano, era interessadíssimo nas coisas da Inquisição e planejou dois livros, sobre os padres Antônio Vieira e Manuel de Moraes, ambos processados pelo Santo Ofício. A condenação de Antônio José inspirou o drama de Gonçalves de Magalhães, **Antônio José ou o poeta e a Inquisição** (1838), representado por João Caetano.

Evaristo de Moraes viu a Inquisição, e em particular o caso de Antônio José, sob seu aspecto processualístico **terrivelmente original**, no livro **Cárceres e fogueiras da Inquisição** (Rio, 1936), dando à sua análise um cunho de advertência que parecia pressentir a proximidade da ameaça do Estado Novo. No prefácio desse livro, hoje raríssimo (o exemplar da Biblioteca Nacional, indicação de catálogo II - 379, 1, 3, está no momento fora do lugar), o grande advogado se insurgia contra a adoção contemporânea de métodos inquisitoriais, contra a sobrevivência de doutrinas de fanatismo e a **atualização de princípios que, fa-**

talmente, conduzem à intolerância político-religiosa.

Mais recentemente, três livros dignos de nota foram dedicados ao tema da Inquisição no Brasil: **Os judeus no Brasil colonial**, de Arnold Wiznitzer (São Paulo, 1966; editado originalmente pela **Columbia University Press**, 1960); **Cristãos-Novos, jesuítas e Inquisição**, de José Gonçalves Salvador, com prefácio de Sérgio Buarque de Hollanda (São Paulo, 1969); e **Cristãos-Novos na Bahia**, de Anita Novinsky (São Paulo, 1972). São obras que custaram muitos anos de pesquisa, especialmente em fontes manuscritas, entre as quais se destaca o inestimável acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, onde estão guardados os processos relativos à atividade do Santo Ofício no Brasil.

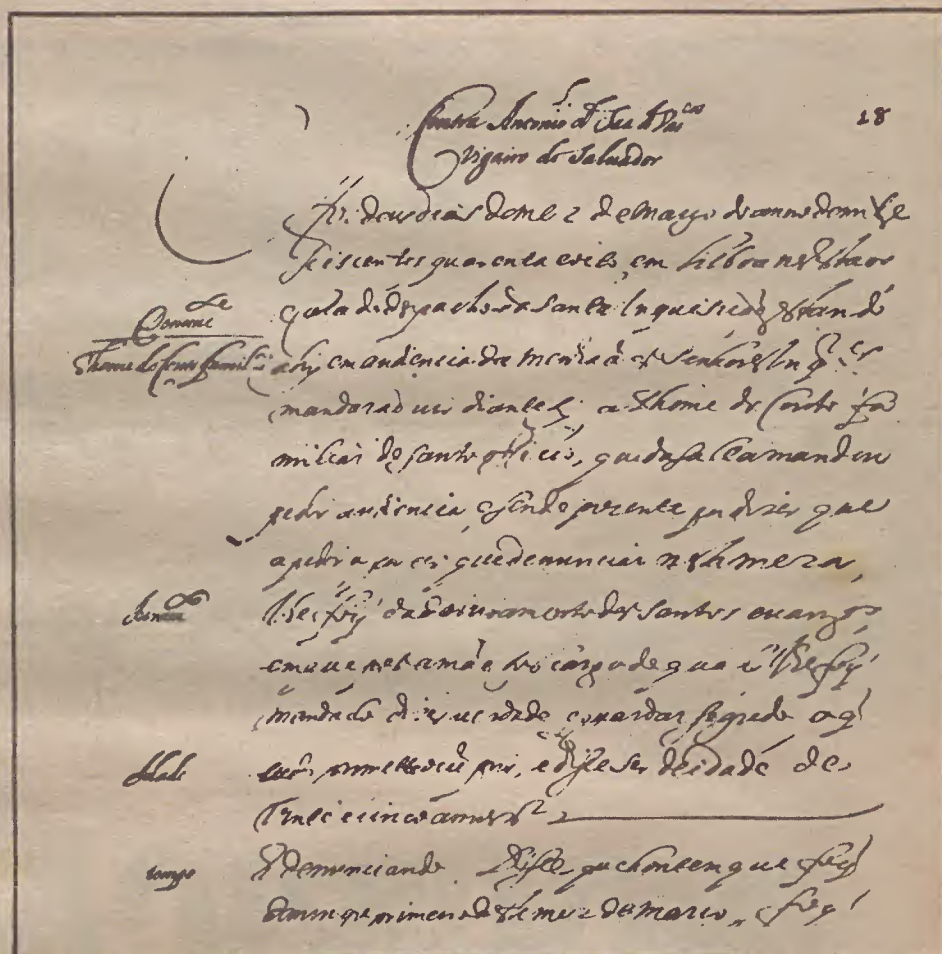
O tribunal de Inquisição nunca chegou a fixar-se no Brasil, embora o país, logo a partir das primeiras décadas do século XVI, se tornasse refúgio de judeus sefarditas e cristãos novos. As autoridades eclesiásticas locais, a não ser no período das visitas, tomavam as providências necessárias, prendendo, confiscando bens e mandando os réus ao Santo Ofício em Lisboa.

Eram da alçada do tribunal os crimes de sodomia, bigamia, heresia, feitiçaria etc. Mas os hereges é que davam mais trabalho à máquina do Santo Ofício, com sua rede de comissários, visitadores, notários, promotores, procuradores, carcereiros, aguazias e familiares. E, no âmbito da heresia, a preocupação maior era com o cristão novo, chamado pejorativamente marrano (porco de engorda castrado), ou converso, tornado, judaizante, criptojudeu e membro ou **gente da nação** (hebraica).

Identificar e denunciar um cristão novo que mantinha no íntimo, secretamente, a sua fé judaica, dela abjurando falsamente, era dever sagrado de todo fiel. Para isso os inquisidores prepararam instruções que depois se incorporaram correntemente aos editais ou cartas monitorias. Em resumo, a heresia judaizante se revelava pelas seguintes características: vestir-se com apuro aos sábados, não trabalhar e usar roupas-de-baixo limpas nesses dias; limpar a casa e preparar nas sextas-feiras à tarde a comida do dia

O Tribunal da Inquisição não chegou a fixar-se no Brasil, embora o país tenha sido, em princípios do século XVI, um refúgio para novos cristãos.

Inquisição e torturas na história do Brasil



Trecho da denúncia de um parente do Santo Ofício contra Antonio de Sá Vasconcelos, vigário da Igreja do Salvador, por ter dito que os inquisidores favoreciam o judaísmo com seus editais, onde se ensinava, segundo o padre, como ser judeu e como pecar.

Confessar não era a solução

seguinte; não comer carne de certos animais (porco, lebre, coelho) e peixes sem escamas; observar os jejuns e celebrar os dias de festa judaicos; recitar preces hebraicas de cara voltada para a parede; circuncidar os filhos, dando-lhes em segredo nomes judaicos; raspar o óleo do crisma; derramar água dos jarros quando alguém morria. A carta monitoria era acompanhada de um **tempo de graça**, prazo de 30 dias dado aos culpados para se confessarem ao inquisidor, delatando ao mesmo tempo os delitos alheios, inclusive de pais e pessoas falecidas, em troca do que não viriam a ser mais molestados — puro embuste, aliás.

Os cristãos novos do Brasil estavam, em geral, intimamente ligados à vida da colônia. Pouca importância davam, nos primeiros tempos, à

Inquisição, que lhes parecia perigo remoto. Contava o padre Anchieta que um deles, advertido, respondera que no Brasil **acabariam com a Inquisição a flechas**. De resto os judeus não se distinguiam pelo nome: ao contrário, timbravam em adotar, depois da conversão, **nomes dos mais castiçamente lusitanos ou mais carregados de sugestões devotas para os bons católicos**, como assinala Sérgio Buarque. De onde se conclui que muito racista, com nome de quatrocentos anos, carregava nas veias sangue hebreu de vários milênios.

Um dos aspectos mais odiosos da perseguição inquisitorial é que ela freqüentemente prendia e condenava pessoas que do judaísmo já conservavam pouco mais que a mímica do ritual. Por outro lado, ocorria que com sua ferocidade e excessos ela os fizesse reentranharem-se na fé ancestral. Assim, quanto maior era a fúria perseguidora, mais o judeu se apegava a seus costumes e práticas religiosas.



**Inquisição
e torturas
na história
do Brasil**

Há o caso de um soldado, que foi levado a Lisboa, para as confissões. Condenado, disse ser novo católico, caindo na armadilha dos inquisidores.

POLITIKA

5

história

O cristão novo é o homem que não é judeu nem é cristão. Fica entre duas facções. É um homem dividido

O cristão novo na Bahia, no século XVII, nos é mostrado no estudo de Anita Novinsky como um **homem dividido**. Ele se encontra num mundo ao qual não pertence: não aceita o Catolicismo, não se integra no Judaísmo, do qual está afastado há quase dez gerações. É considerado judeu pelos cristãos e cristão pelos judeus. . . Internamente é um homem dividido, rompido, que para se equilibrar se apóia no mito de honra que herdou da sociedade ibérica. . .

O fanatismo que iria colher o Brasil em suas malhas já era condenado em Lisboa desde o ano de 1531, quando se publicou a bula pontifical que determinava a criação do tribunal português do Santo Ofício. Gil Vicente foi a voz mais alta que denunciou o abuso. Mas essas posições de humanismo e bom-senso não prevaleciam sobre a incrível trama de interesses ignóbeis, inclusive rasteiramente pecuniários, que se teceu em torno da implantação do Santo Ofício em terras lusitanas.

Em 1591 desembarcou na Bahia o visitador Heitor Furtado de Mendonça, que colheu 121 confissões e fez 212 denúncias. Entre outras pessoas importantes, figuravam na lista as famílias dos cristãos novos, Heitor Antunes e Fernão Lopes, chegados no mesmo navio em que viajara Mem de Sá. As denúncias envolviam estranhos, amigos, parentes, crianças e até defuntos. Alguns confessavam, inclusive, crimes e práticas não previstos na carta monitória.

O mesmo visitador, com seu séquito, se trasladou em 1593 para Pernambuco, estabelecendo-se inicialmente em Olinda. As vítimas mais conspícuas foram Diogo Fernandes e sua mulher Branca Dias, que dirigiam um internato para moças na propriedade de outro cristão novo, o riquíssimo Bento Dias Santiago, em Camaragibe. Bento Teixeira, que se acredita seja o mesmo da **Prosopopéia**, foi outro judaizante perseguido, condenado à prisão e hábito perpétuo (hábito penitencial



Evaristo de Moraes



Na polé ou estrapada, o réu era suspenso pelo braço por uma roldana.

A mentira era terrível e patética

por toda a vida). O vigário Diogo do Couto foi denunciado como **cristão novo pelo lado paterno** e por receber suborno dos criptojudeus.

Em 1618 chegou à Bahia outro visitador, Marcos Teixeira. Esse recebeu 52 denúncias, inculcando 135 pessoas. Uma das descobertas consideradas mais importantes, feita através de delação, foi a de uma sinagoga (ou esnoga, como então se dizia) secreta em Matoim. Vários senhores de engenho foram indiciados como marranos. Revelou-se que cristãos novos estavam em permanente contato com os judeus confessos de Flandres, com quem mantinham, ademais, vínculos relacionados com o comércio de açúcar.

A perseguição aos cristãos novos continuaria, mesmo sem visitadores, salvo no interregno do domínio holandês, sob o qual os judeus viveram em paz. Na Bahia, em 1644, foram presos e mandados a Lisboa três soldados da vila de Arraiolos, acusados de heresia. O caso deles, Gaspar Gomes, é especialmente patético, pelas marchas e contramarchas em que se reflete o drama interior do cristão novo. Primeiro declara que

nada tinha a confessar e que nem sabia o que era a lei de Moisés. Continua negando, apesar das 33 testemunhas que depõem contra

ele. Pouco depois pede mesa, isto é, se propõe a falar. Trazem-no de mãos agrilhoadas, e ele concorda com tudo o que os inquisidores querem lhe arrancar, pede misericórdia. Alguns dias mais tarde, diz tudo. Acaba condenado, pelos testemunhos, à fogueira. Ao ter conhecimento da sentença, roga, a conselho de um padre, nova audiência — e confessa sua crença judaica. Caíra numa torpe armadilha; e ao percebê-lo, novamente pede mesa. Para dizer, dessa vez, que sempre fora **bom e fiel cristão, e como cristão queria morrer**. Morreu queimado, aos 30 anos.

No sul, notadamente no Rio de Janeiro e São Vicente, também havia judeus e cristãos novos em grande número, vindos desde a expedição de Martim Afonso de Souza. Em 1625 um zeloso frade escrevia à Inquisição, pedindo providências; e já em 1627, depois de passar pela África, chegava ao Rio de Janeiro como visitador do Santo Ofício o licenciado Luís Pires da Veiga. Entre os réus figurou Isabel Mendes, mulher do barbeiro Luís Peres de Viana, que morreu louca na prisão em Lisboa; Antônio Gomes Vitória, boticário e ex-senhor de engenho,

foi outra vítima carioca. Daí passou o visitador a São Vicente, onde enfrentaram o tribunal o flamengo Cornélio Arzão (Arzing), o padre João Pimentel e outros.

Em 1647 foi queimado vivo em Lisboa o jovem (24 anos) Isaac de Castro Tartas, que emigrara para o Brasil, de Amsterdã, aos 16 anos, e aqui desenvolveu intenso proselitismo judaizante. Esteve preso durante três anos e foi barbaramente torturado, mas não abjurou. Extremamente culto, ele teria sido, na opinião de Arnold Wiznitzer, um emissário enviado ao Brasil português para se comunicar com os cristãos novos que necessitassem de orientação espiritual.

A safra continua. Segundo o padre João da Graça, que chega em 1662 a Lisboa e logo acusa como judaizantes dois dos seus companheiros de viagem, **a falta de Inquisição existem muitos cristãos novos no Brasil**. É preciso agarrá-los, é preciso alimentar as chamas das fogueiras. Mas o partido da Inquisição já se vai enfraquecendo. Em 1671 o padre Antônio Vieira, que nem ele escapara aos rigores do Santo Ofício, intercede em Roma por um perdão geral. A inquisição é suspensa em Portugal, de 1674 a 1681, pelo Papa Clemente VI.



As torturas eram terríveis. A condenação, quase sempre, uma realidade. Pressões, mentiras e falsas testemunhas davam o toque patético à Inquisição.

Inquisição e torturas na história do Brasil



Artur London



Padre Anchieta



Himmler

A tortura traz muita felicidade

No século seguinte, uma das suas principais vítimas é Antônio José da Silva, nascido no Rio de Janeiro em 1705 e queimado em Lisboa, depois de morrer no garrote, aos 18 de outubro de 1739. Fora preso e processado pela primeira vez quando estudante em Coimbra, em 1726. Libertado sob compromisso de abjuração, após sofrer torturas, novamente o prendem em 1737, quando já era autor de peças de sucesso. Dessa vez foi condenado à base de testemunhos, inclusive de nada menos de 18 familiares do Santo Ofício, que o espionaram no cárcere e, onde supostamente ele se entregava a práticas judaizantes. Foi proclamado **convicto, negativo, obstinado e reincidente no crime de heresia e apostasia**.

No auto-da-fé de 1711 desfilam cinco crasileiros. O último brasileiro foi queimado a 10 de outubro de 1748 em Lisboa. E o último auto-da-fé realizou-se em 1765. Em 1773, no governo do marquês de Pombal, ordena-se o fim da discriminação entre cristãos novos e velhos. O tribunal do Santo Ofício tem suas atribuições limitadas pelo poder real.

Mas ainda em 1781 vários estudantes brasileiros de Coimbra foram submetidos a processo: felizmente as novas circunstâncias lhes permitiram escapar com vida. Entre eles estava Francisco de Melo Franco,

O potro era uma espécie de catre de ripas, cheias de pontas, sobre as quais se estendia o acusado, como a 24 anos, estudante de medicina, natural de Paracatu, Minas Gerais. Foi denunciado como herege e naturalista, que **negava o sacramento do matrimônio e esta doutrina ensina ele a sua concubina**. Francisco de Melo Franco viria a ser médico famoso, considerado o pioneiro da pediatria no Brasil, e autor do poema satírico **O reino da estupidez** (1819), inspirado pelas idéias iluministas.

Também pôde escapar o jornalista Hipólito José da Costa, acusado pelo Santo Ofício, em 1774, de heresia maçônica. No **Correio Brasileiro**, Hipólito iria proclamar o seu assombro pela existência de um tribunal com poderes para **prender indivíduos e processá-los por culpa que se devem considerar como imaginárias, visto que não existem no Código Criminal**.

Foram próprias da Inquisição, com efeito, no dizer de Alexandre Herculano, **as violações do direito, do próprio direito excepcional inventado para os tribunais da fé, os tormentos físicos e as agonias morais...** Coisa semelhante, infelizmente, se veria ainda mais tarde, inclusive em pleno século XX.

O direito de defesa era praticamente nulo. Os parentes dos presos que se apresentavam para defendê-los, em nome deles, eram escoraçados sob ameaças. Os advogados de ofício, dois ou três e dos mais inaptos, assinavam termo comprometendo-se a **defender** o preso mediante ajuda ao Santo Ofício na tarefa de desentocar hereges. As acusações das testemunhas eram desconheci-

das pelo réu. Bastava uma **prova** testemunhal para condenar o réu.

Reduzia-se tudo, em suma — é ainda Herculano quem escreve — a ficar a sorte dos culpados só dependente do arbítrio de seus julgadores. Era a jurisprudência, a doutrina prática, a organização completa e irresistível do assassinio legal.

Os sinistros familiares do Santo Ofício, sempre usados como testemunhas, espionavam o preso por frestas disfarçadas no teto do cárcere, para ver se o infeliz, ainda sem qualquer culpa provada, incidia em alguma prática de rito judaico que permitisse condená-lo. Caso necessário, inventavam-na.

Em Portugal, desde o regimento do inquisidor D. Henrique, o segredo e a tortura foram a marca registrada do Santo Ofício. De resto em tormento era declarado **tradicional e legítimo** pela bula **Ab extirpanda**, de Inocêncio IV. Não poucos inquisidores o aplicavam com óbvias manifestações do que mais tarde viria a ser conhecido como o nome da sadismo.

O regimento de 1640 institucionalizou o potro e a polé como formas de tortura na Inquisição portuguesa, para o fim de obter confissões **voluntárias e sinceras**, bem como provocar arrependimentos e abjurações.

As torturas eram sempre insuportáveis

cabeça mantida abaixo do corpo por uma gargalheira de ferro. As pernas, os braços e busto, ou outras partes do corpo, eram atados com cordas que se arrochavam num torniquete até penetrarem nas carnes, causando dor insuportável. Meia volta do torniquete correspondia ao trato corrido, o mais suave.

No suplício da polé, o réu ficava suspenso pelos pulsos, com correias, a uma roldana presa no teto. Perante três juízes, era concitado a confessar. Em caso negativo, içavam-no primeiro até meia altura e depois até junto da roldana. Daí o corpo era descido, aos solavancos, quando a setença era mais branda (trato corrido da polé) ou de uma vez, bruscamente (trato esperto), mas sem tocar o chão. Daí resultavam, no mínimo, luxações dolorosíssimas. A duração da tortura conhecida também como estrapada, contava-se por quartos e meios quartos de hora; ninguém resistia mais tempo.



Inquisição e torturas na história do Brasil

As torturas receberam muitas condenações em todo o mundo, mas em Madri, um Colégio dos advogados, acreditava que ela era útil e demais necessária.



A abjuração era básica. Chegou a haver modelo próprio.

Antônio José foi submetido, em sua primeira prisão, ao potro com trato corrido de meia volta. Gritou muito, notando entretanto os algozes que ele só chamava por Deus, e não por santo algum (tinham dessas sutilezas). O compromisso de abjuração não pôde ser assinado pelo réu, conforme consta do processo, por causa do tormento que sofrera. Os inquisidores advertiam-no de que se naquele tormento morresse, quebrasse algum membro, perdesse algum sentido, a culpa seria sua, isto é, do réu (tinham dessas delicadezas).

A abjuração poder ser de **vehementi** ou de **de levi**. Esta última obedecia a um padrão determinado pelo Santo Ofício. Vale a pena transcrever o interessante documento:

"Eu... perante vós Senhores Inquisidores, juro em estes Santos Evangelhos, em que tenho minhas mãos, que de minha própria e livre vontade anatematizo, e aparto de mim toda espécie de Heresia, e Apostasia, que for, ou se levantar contra a nossa Santa Fé Católica, e Sé Apostólica, especialmente esta em que caí, que agora em minha sentença me foi lida, de que me houverão por de Levi suspeito na Fé, as quais aqui hei por repetidas, e declaradas, e juro de sempre ter, e guardar a Santa Fé Católica, e o que tem, crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma, e que serei sempre muito obediente ao nosso muito Santo Padre Papa... ora presidente da Igreja de Deus, e a seus sucessores, e confesso que todos os que contra nossa Santa Fé Católica vierem, são dignos de condenação, e prometo nunca com eles me ajuntar, e de os perseguir, e descobrir aos Inquisidores, e Preçados da Santa Madre Igreja, as heresias que deles souber, e assim juro de cumprir, quanto em mim for, as penitências que me são, ou forem impostas, e se contra isto em algum tempo vier a cair, o que Deus não permita caia, na pena que por direito em tal caso merecer, e me submeto à correição dos Sagrados Cânones, e requeiro ao Notário do Santo Ofício, que disto passe instrumento, e aos que estão presentes

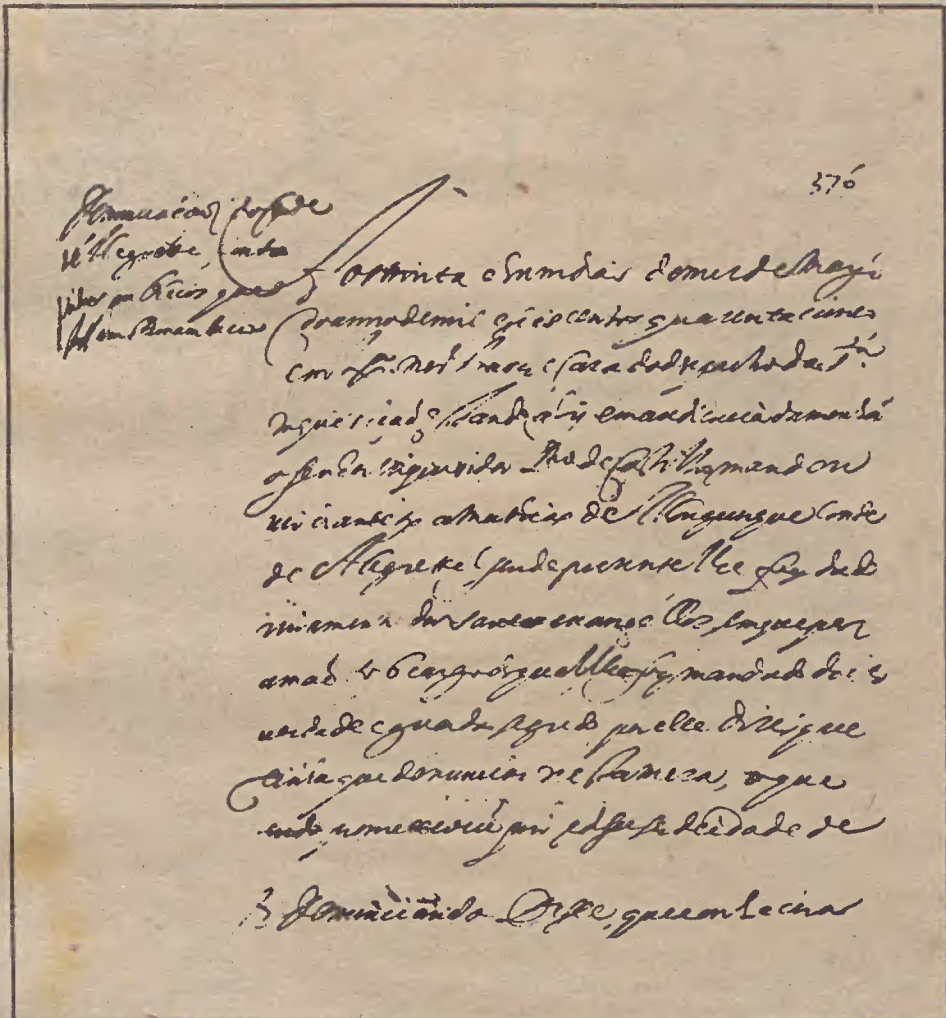
sejam testemunhas, e assinem aqui..."

A prática da tortura inquisitorial recebeu numerosas condenações no correr dos anos. Tinha, porém, seus defensores, que a faziam derivar da lei divina. Talvez o último desses apologistas foi Pedro de Castro, catedrático de Teologia da Universidade de Bolonha e canônico da catedral de Málaga, em livro de 1778, intitulado **Defensa de la tortura y leyes patrias que la establecieron e impugnación del tratado que escribió contra ellas el doctor D. Alfonso Maria de Acevedo**. Essa obra, típica do espírito inquisitorial, pode ser encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Acevedo a quem procura refutar, qualificava a tortura como **horrível dogma, instituição inumana, cruel, iníqua, execrável**.

Segundo parecer do **Colégio de Abogados de Madrid**, que apresenta o livro de Pedro de Castro, a tortura é **útil e necessária** devido à **felicidade** com que se aplica em certos casos. O dano particular, daquele que confessa sendo inocente, **não deve preponderar sobre o benefício comum de muitos malvados que pelo tormento experimentaram seu merecido castigo**. Para Pedro de Castro, quem tem o direito de prender, tem o de torturar.

Não raro, nesse sistema, o réu apodrecia durante anos, carregado de ferros e incomunicável, nas sombrias masmorras do Santo Ofício, antes de ser interrogado. Se tinha sorte, era condenado a cárcere a arbítrio, com penitência, ou ao desterro. Ao ser libertado, devia assinar um **termo de soltura e segredo**, no qual se comprometia a não dizer nada do que vira e ouvira nas prisões da Inquisição.

O hábito do penitente era o sambenito, espécie de poncho grotesco, de fundo amarelo com duas listas vermelhas cruzadas que chamavam atenção à distância; descalço, trazia numa das mãos uma vela. Costumavam também pôr-lhes na cabeça uma carapuça, ou carocha, na qual apareciam desenhadas toscamente as chamas do inferno. Assim parmentado ele participava do auto-de-fé ou comparecia às igrejas para receber instrução religiosa católica. O



Denúncia de Matias de Albuquerque, apresentada em Lisboa a 30 de maio de 1645, sobre os judeus que encontrara em Pernambuco, quando governador.

sambenitado não era obrigado a vestir permanentemente o hábito penitencial, o que já constituía uma liberalidade.

Se o cidadão era entregue à justiça secular, pedia-se **com muita instância** que esta se houvesse com ele **benigna e piedosamente**. Mas essas palavras significavam o seu contrário; significavam, na verdade, que o réu estava condenado à morte. Se, entretanto, tivesse ao menos uma palavra de arrendimento após saber da sentença, alcançava o privilégio de não ser queimado vivo. Morria, então, no garrote, que o estrangulava e lhe partia o pescoço: só o cadáver era queimado, como aconteceu com Antônio José.

O auto-de-fé era uma solene procissão, de sombria pompa, que desfilava (em Lisboa), a partir do paço real dos Estaos, no Rocio) ao som de cânticos entoados pelos religiosos. Lá vinham os hereges penitentes, com seus sambenitos, e os relapsos condenados à fogueira. As condenações era lidas de público, ao contrário das absolvições, comunicadas entre quatro paredes. A cerimônia, realizada aos domingos, in-

cluía missa e juramento de lealdade à Inquisição. O povo, embrutecido pelo fanatismo, era convidado a não se manifestar, mas costumava cobrir de apodos e injúrias aos desgraçados hereges. Vinha à apoteose: a queima dos condenados, que uns se deixavam matar sem protesto, e outros sucumbiam gritando pelo seu Deus, o Deus de Israel.

A barbárie da Inquisição finalmente cessou, como todas as instituições que de tanto condenar, acabam condenadas pela história. Terminou na Espanha em 1808, por decreto de José Bonaparte; e em Portugal, onde as coisas sempre chegam atrasadas, somente em 1826. Com ela foram abolidos os suplícios como instrumento de defesa da fé. A humanidade deve gratidão aos grandes espíritos que lutaram contra a tortura. Entre eles merecem ser para sempre lembrados os nomes de Hugo Grocio, Montaigne, La Bruyère, Montesquieu, Pierre Bayle, Voltaire, Antônio Vieira, Alfonso Maria de Acevedo, Thomas Jefferson, Joseph Sonnenfels, Beccaria, Pietro Verri e Manzoni.

A carta veio da Alemanha, o que não chegou a ser surpresa. Afinal, é uma constante, modestia à parte, a correspondência vir de todas as partes do mundo. À proporção que se foi lendo o que escreveu Susanne Eckle, aí sim, a surpresa foi geral. Ela é estudante de jornalismo e portuguesa, mora em Berlim. Escreve, periodicamente, para os jornais alemães, sobre problemas alemães. Mas escrever sobre os mesmos problemas alemães em jornais brasileiros, eis uma experiência nova. Que Susanne quer fazer. E escolheu POLITIKA porque acompanho sua evolução desde o primeiro número e considero-o um jornal bem feito e com ótimas intenções democráticas. Logo, aí está Susanne Eckle em POLITIKA. Pela primeira vez, que nós temos a certeza de que não será a última. (A Editoria).

Susanne Eckle

OS ESCRAVOS DO DESENVOLVIMENTO

O sangrento assalto das guerrilhas árabes à equipe olímpica de Israel, em Munique, gerou de novo emoções xenófobas no povo alemão.

Diante da proximidade das eleições, a oposição (União Democrática Cristã e União Social Cristã) assumiu a ira popular e exigiu uma série de medidas drásticas para a proteção da segurança interna da R.F.A. A medida mais severa que exigem os partidos da oposição: corte da ajuda econômica a todos os países que protegem os terroristas.

O governo, composto do Partido Social Democrata e Partido Democrático Livre, teme que a crescente hostilidade agrave o conjunto de leis de estrangeiros e achou conveniente aplicar a legislação existente, desterrando centenas de operários árabes ilegais e mesmo alguns não árabes.

É que na R.F.A. moram mais de 3,5 milhões de estrangeiros e uma enquete do Ofício Federal do Trabalho feita em setembro aponta a cifra de 10,8 por cento de gastarbeiter (trabalhador convidado) no número total da força de trabalho alemã. Os grupos maiores são os mais de 500 mil turcos e os iugoslavos antes dos italianos e gregos. Mais um milhão esperam uma licença de trabalho na Alemanha.

Não apenas a propaganda oficial, mas também o povo aqui aponta a ocupação estrangeira como a mais importante assistência que a Alemanha dá aos países subdesenvolvidos.

Entretanto é muito grande o isolamento dos gastarbeiter na sociedade alemã. Em 1964, um juiz pronunciou sentença que legaliza colocar em restaurantes o letreiro: proibido para gastarbeiter. Apesar de sua taxa de criminalidade ser inferior a dos trabalhadores alemães, eles são considerados sujos e criminosos em potencial.

Mais de 60% dos gastarbeiter vivem em habitações das próprias firmas que os empregam, pagando um aluguel superior ao de um quarto em cidade grande. O regulamento da construção dessas habitações baseia-se numa lei de 1934, que os considera alojamento em obras. São, quase sempre, alojamentos de seis camas num só quarto. Cada operário tem menos um metro cúbico de espaço do que o normalmente destinado aos presos nas cadeias alemãs.

Quando a imprensa alemã pergunta aos gastarbeiter se gostam do país, quase sempre respondem:

— Só o dinheiro é bom, nada mais é bom para nós aqui.

E os alemães quando perguntados sobre os gastarbeiter, manifestam-se como se estivessem diante de um problema desagradável. Muitos alemães, segundo revelou uma pesquisa, prefeririam trabalhar uma hora a mais por dia para que não trouxessem os trabalhadores estrangeiros.

— O patrão alemão não ocupa estrangeiro para fazer uma política cultural ou de assistência aos países em desenvolvimento. Ele se interessa pela mão-de-obra e no que ela representa no processo produtivo — declara um membro da Associação Patronal Alemã.

A ocupação dos gastarbeiter foi uma necessidade dos anos 50, quando a reserva de mão-de-obra se esgotou diante, de um lado, do crescimento do capitalismo e, de outro, da construção do Exército Federal. Em 1961, a cota de desemprego na República Federal da Alemanha foi apenas de 0,8 por cento. O número de vagas nos trabalhos considerados sujos era enorme.

Os trabalhadores estrangeiros foram uma saída: despreparados e desconhecendo a língua, eles ocuparam as vagas no setor de serviços, na sociedade do bem-estar alemã. Eles são os coveiros e os operários do serviço de limpeza. Basta citar o caso de Munique, onde 94 por cento dos trabalhadores do Serviço de Limpeza são estrangeiros.

Uma outra função importante dos gastarbeiter na economia alemã é a de servir de instrumento na baixa dos salários. Como as mulheres, eles ganham menos 20 por cento que os colegas alemães.

O Presidente da Divisão do Trabalho na Baviera Sul advertia, em 1965, em entrevista ao arbeitgeber (o patrão):

— A ocupação de operários tem de aumentar de maneira que, a qualquer momento, permita adaptações com respeito as necessidades da economia.

Em outras palavras, era uma crescente força de pressão que poderia usar durante as campanhas salariais.

Na crise econômica de 1966-67, os estrangeiros foram os primeiros a ser despedidos, impedindo com isto o agravamento da situação interna, entre os nativos.

Na realidade, o interesse da Alemanha não é de ser um país de imigração. Basta mencionar que a licença de trabalho dura um ano e é quase sempre ligada à uma atividade determinada. Somente os italianos não necessitam de nenhuma licença de trabalho pelo fato de seu país participar do Mercado Comum Europeu. Para eles, há uma autorização de residência que dura cinco anos.

A possibilidade de ascensão dos operários estrangeiros é mínima. Em 1970, no grupo industrial químico Badische Anilin- und Soda-fabrik havia 3.100 gastarbeiter e só um no cargo de capataz. Todos os outros eram ocupados pelos alemães.

As próprias leis alemãs, como as do ensino obrigatório, não são muito fiscalizadas quando se trata de proteger os estrangeiros. Frequentemente, crianças de 12 anos trabalham como auxiliares nas fábricas alemãs. São os filhos dos gastarbeiter — os operários baratos do futuro.

Os impostos e as contribuições, entretanto, são os mesmos para trabalhadores estrangeiros e nacionais. Em comparação, a sua cota de doentes na Volkswagen-Wolfsburg, por exemplo, eleva-se a mais de 8% que a dos operários alemães.

A vantagem é que 95 por cento dos gastarbeiter têm menos de 45 anos. A conta da aposentadoria será apresentada muito tarde. É de se supor que, nessa época, a média de idade será mais baixa ainda e o governo alemão não terá dificuldades para resolver o problema — afirma o Dr. Zollner, do Ofício Federal de Trabalho.

A Alemanha rica também recebe assistência: dos países subdesenvolvidos, pelos gastarbeiter — afirma a revista alemã Der Spiegel.

Sebastião
Nery



Armando Falcão

POLITIKA

9

folklóre
polítiko

D'Artagnan e Zezinho Bacalhau

Armando Falcão, ministro da Justiça de Juscelino, estava na tribuna denunciando a rebelião de Aragarças, que realizou o primeiro seqüestro aéreo do mundo, hoje imitado em quase todos os países. (Pois é, quem inventou o avião, inventou o roubo do avião).

Armando Falcão lia a lista dos nomes de todos os oficiais da FAB que estavam participando da ação subversiva. Lá de baixo, calado, o líder da oposição ouvia. Pediu um aparte:

— Senhor ministro, para tranqüilizar a família de um jovem oficial, eu gostaria que Vossa Excelência me informasse se, da lista, consta o nome do tenente D'Artagnan.

Armando Falcão olhou, olhou, conferiu nome por nome:

— Senhor deputado, posso assegurar que da lista dos rebeldes não consta o nome do tenente D'Artagnan. Vossa Excelência pode informar à família dele.

A Câmara explodiu numa gargalhada.

2

Era aniversário de um bravo coronel de polícia no Nordeste. Contrataram dois cantadores para animar a festa. Os homens chegaram, viram em punho:

— Coronel, vamos cantar a sua vida.

— Nada disso. Cantador de verdade não prepara, improvisa. Vou dar um mote, vocês cantam. E nada de minha vida. Quem vai ser cantado, hoje, é Jesus Cristo. E o mote é:

Jesus Cristo veio ao mundo nos livrar das injustiças.

Um cantador olhou para o outro, cada qual mais branco. O coronel estava nervoso. O jeito era começar. Um tirou:

Jesus Cristo veio ao mundo nos livrá das injustiça.

O outro respondeu:

Quando eu tinha 15 anos rezou a primeira missa.

O primeiro engasgou. E foi em frente:

Quando completou 18, sentou praça na polícia.

O coronel meteu os dois no xadrez.

Quando ouço os discursos dos líderes da Arena, lembro sempre os dois cantadores do coronel. Façam uma pesquisa: peguem os discursos desses mesmos homens para Getúlio, Dutra, Café Filho, Juscelino, Jânio, Jango, Castelo, Costa e Silva e Médici. É tudo a mesma coisa.

Como Jesus Cristo, todo presidente sentou praça na polícia.

3

Em Sergipe está o retrato nacional do puxa-saquismo. No primeiro estágio do fascis-

mo brasileiro era ditador de Getúlio Vargas e interventor em Aracaju o general Augusto Maynard. Cedro, cidade às margens do São Francisco, era famosa por sua carne do sol. Mudaram-lhe o nome para Darcylena.

Vocês sabem o que é Darcylena? Darcy, de dona Darcy Vargas e Lena, de dona Helena Maynard. Uma cidade nascida de duas metades de primeira dama.

4

Estácio Souto Mayor, médico e rico, saiu do Rio para ser deputado federal por Pernambuco. Ninguém acreditava na candidatura dele. Nem a família. Mas ele se elegeu.

Amigo de Jango, foi logo procurado por um primo de Gravatá, lá no agreste pernambucano:

— Tacinho, preciso que você arranje um emprego bom para o menino.

— Mas Jorge, fui candidato, você apoiou o João Cleofas, não me deu um voto. Agora, o emprego para seu filho é comigo?

— Família é família, Tacinho.

5

Coronel Petro era prefeito de Glória, sertão da Bahia, em 1935. (Petronilho Reis, coronel inteligente, avô do jornalista Raimundo Reis). Fêz um grupo escolar na cidade, foi a Salvador convidar o governador Juracy Magalhães para a inauguração.

Juracy quis saber o nome da escola.

— Grupo Escolar Reis Magalhães.

— Quem foi Reis Magalhães, coronel Petro?

— Ora, governador, não foi ninguém, mas é dois. Reis do prefeito e Magalhães do governador.

Até hoje está lá, no sertão seco de Santo Antônio da Glória, o Grupo Escolar Reis



João Cleofas

Magalhães para orgulho do neto Raimundo Reis, jornalista, cronista e deputado da Bahia, glória de Glória.

6

O professor Gomes de Matos era chefe de polícia no Ceará. Prenderam o pai da namorada de meu amigo Luciano Furtado. Luciano ficou uma fera. Saiu atrás do professor Gomes. Foi encontrá-lo na pensão de Dona Xanda, em Maranguape, terra do Chico Anísio.

A pensão de Dona Xanda era muito acolhedora, mas não era exatamente um lugar para o lazer do chefe de polícia. Luciano já entrou dizendo desaforo. Professor Gomes não perdeu a esportiva:

— Luciano, meu filho, você é muito novo. Sente aqui, tome uma cerveja, que eu vou lhe dar uma lição de vida. Cearense não dá para três coisas: alfaiate, garçon e governo. Veja esta minha calça. O alfaiate pôs o fundo na frente e a frente no fundo. O garçon há meia hora foi buscar uma cerveja e não voltou. E governo de cearense é assim: o José Linhares está lá no Rio, presidente da República, nomeando filhos, filhas, netos e netas, sobrinhos e sobrinhas. O Bieni Carvalho é governador, um desastre. Eu, chefe de polícia, pior ainda. Cearense, Luciano, não dá para governo. Vamos tomar uma cerveja?

7

Zezinho, filho de Zé Bacalhau, era um doidinho manso lá de Ingá do Bacamarte, interior da Paraíba. Diante, mas em casa, portas e janelas trancadas. Um dia, conseguiu fugir para a rua. Saiu gritando, aos pinotes, pulando como os doidinhos pulam:

— Vai dar jacaré! Hoje vai dar jacaré.

Deu jacaré. Todo mundo tinha jogado, os bicheiros quase quebram, foram reclamar com Zé Bacalhau: — Menino doido e adivinhão não pode ficar solto na rua, dando palpite de bicho.

Dois meses depois, Zezinho Bacalhau ganhou de novo a rua. Aos pinotes, pulando como os doidinhos pulam, gritou de novo o bicho da sorte:

— Vai dar jacaré! Hoje vai dar jacaré.

Deu jacaré. A cidade inteira tinha jogado. Os bicheiros se arrebutaram, fizeram uma coleta, foram a Zé Bacalhau, levaram o Zezinho para o Sanatório Ulisses Pernambuco em Recife, e o internaram lá.

Em Ingá do Bacamarte nunca mais deu jacaré.

Encarar a realidade nacional de frente, sem a preocupação de agradar a grupos, foi uma constante no ISEB, onde nada sobrevivia sem estas normas.

Roland Corbisier



Muito se tem falado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Quase sempre de maneir a deturpada, de modo a mostrar uma séria instituição de estudos e pesquisas políticas como a fabricante de ideologias espúrias. O que não é e nunca foi verdade. Hoje, POLITIKA convidou seu fundador e primeiro diretor, Roland Corbisier, para falar sobre ele, sua filosofia, seu nacionalismo e seu trabalho. Roland Corbisier foi um dos constituintes do Estado da Guanabara; deputado federal na legislatura de 1963; ex-procurador da Justiça do Trabalho; bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo; professor catedrático de Filosofia do Colégio do Estado, em São Paulo; além de colaborador no Estado de São Paulo, Jornal do Comércio, Letras e Artes, A Manhã, Livraria do Planalto, de quem foi fundador, Cadernos do Nosso Tempo e Civilização Brasileira. Com essa experiência e com o peso de seus oito livros — *Consciência e Nação*, *Situação e problemas da pedagogia*, *Imagens da Suíça*, *Responsabilidade das elites*, *Formação e problema da cultura brasileira*, *Brasília e o desenvolvimento nacional*, *Reforma ou revolução?*, *Das ideologias à teoria da praxis* — esperamos dar aos leitores a verdadeira dimensão de seu trabalho e a oportunidade de ver o que o ISEB representou na evolução dos estudos dos problemas nacionais, na época mais conturbada de nossa história, e para o real desenvolvimento de uma nova consciência nacional. (A Editoria)

O nacionalismo segundo o ISEB

Não foi por acaso que os primeiros esforços tendentes a sistematizar e institucionalizar o conhecimento da realidade brasileira coincidiram com a experiência de desenvolvimento que caracterizou o quinquênio 1956-1960. A simultaneidade dos dois acontecimentos, um no plano da realidade, ou dos fatos, outro no plano da consciência, ou das idéias, pode ser explicada pela visão do mundo, que longe de separar a teoria da prática, as compreende como aspectos ou momentos de um mesmo e único processo. Pois a ação humana, a prática, quer consista no trabalho, quer consista na luta, é humana na medida em que é consciente, e é consciente enquanto teleológica, isto é, enquanto consiste na realização de um fim, ou de um projeto, previamente conhecido e livremente adotado.

Não há prática humana, por isso mesmo, que não envolva determinado coeficiente de teoria, de visão do fim que se pretende alcançar e dos meios adequados a sua consecução. Inversamente, não há teoria que não inclua determinada taxa de prática, ou de referência ao real, pois é essa referência que a torna inteligível e lhe dá sentido. Uma teoria que não

contivesse nenhum elemento de realidade, e a realidade humana é a sua prática, não poderia sequer ser formulada por meio dos instrumentos semânticos de que dispomos. Tomar consciência da inseparabilidade da teoria e da prática é estabelecer o pressuposto que, permitindo reconhecer a alienação como possibilidade inerente à ação humana, nos torna capazes de denunciá-la e de lutar contra ela.

Se a ação humana é humana na medida em que é livre e criadora, consciente, portanto, a ação, ou o trabalho alienado, ao contrário, é o que consiste não na realização de um projeto próprio, livremente escolhido e executado, mas na realização compulsória de um projeto alheio. Compreende-se assim, que, ao planejar, ou projetar, o desenvolvimento nacional, isto é, a transformação qualitativa de nossa realidade econômica e social, tenhamos experimentado, pela primeira vez, a necessidade de conhecer cientificamente essa realidade, a nossa prática, mediante a utilização das ciências naturais e culturais, até então estudadas como se fossem fins em si mesmas e não instrumentos por meio dos quais

nos podemos cientificar a respeito do real.

Caracterizávamos o estatuto colonial pela exportação da matéria-prima e pela importação da manufatura, do produto acabado, tendo feito, a respeito, uma descoberta que nos pareceu importante, ao dizer, em termos filosóficos, aristotélicos, que, exportando a matéria-prima, exportávamos o não-ser e, importando o produto manufaturado, importávamos o ser. A matéria-prima era o não-ser atual, a indeterminação, a mera possibilidade de vir-a-ser. O produto acabado, ou manufaturado, ao contrário, era a forma, a determinação, o ser. Em face da metrópole, importadora dessa mera virtualidade, e exportadora de manufaturas, a colônia era o não-ser. Enquanto a metrópole era consciência, cultura e história, a colônia era torpor, natureza e geografia.

O estatuto colonial não incluía apenas a esfera. O estatuto colonial, não incluía apenas a esfera do que se poderia chamar de econômico, mas abrangia o campo do ideológico, pois também nesse domínio exportávamos a imagem de nossa natureza e importávamos a ótica metropolita-

na, o repertório das idéias que procurava justificar, ou racionalizar, o estatuto da dependência. Não nos víamos com nossos próprios olhos, mas através de uma visão alienante, que convinha aos interesses da metrópole.

O livro do Sr. João Prado era um exemplo típico de tal alienação, ao cristalizar, ou imobilizar, o povo brasileiro em determinado momento de sua evolução histórica, como resultado da fusão de três raças, com caracteres definidos e permanentes, a luxúria, a preguiça, a tristeza etc. Desse impressionismo oposto, o impressionismo otimista, o ufanismo do Conde Afonso Celso.

Aristocratas, conservadores do *statu quo*, porque não pretendiam a sua transformação, jamais experimentaram esses escritores a necessidade de conhecer efetivamente a realidade do País, a respeito da qual se limitavam a transmitir suas impressões e seus devaneios literários. Desvinculados de qualquer prática, vivendo no ócio das casas-grandes ou dos palácios urbanos, não poderiam experimentar a realidade como realidade, quer dizer, como resistência aos projetos que visam a sua transformação.

**Nacionalismo,
a única
arma do ISEB**

O surgimento do ISEB teve na alteração estrutural interna sua concomitância, já que no povo aparecera a consciência de que o país era explorado.

Tinha que haver uma ideologia global de desenvolvimento

A alienação, característica do estatuto colonial, não nos afetava, portanto, apenas no domínio do econômico, mas também, como acabamos de dizer, na esfera do ideológico, da **visão** que tínhamos de nós mesmos. As teses do colonialismo, nós as adotávamos e repetíamos servilmente, bem como todos os preconceitos desfavoráveis em relação ao homem brasileiro e às suas possibilidades de desenvolvimento e de progresso.

Não se falou, durante muito tempo, em nossa **vocação agrícola**, como se houvesse, estabelecida pela natureza, uma divisão internacional do trabalho que condenaria a maior parte do mundo à produção de matérias-primas e gêneros tropicais, reservando o privilégio da industrialização, do desenvolvimento científico e tecnológico, às metrópoles dominantes?

Compreendemos, então, claramente, que a economia colonial ou semicolonial, dependente, era apenas o complemento de uma estrutura econômica internacional que funcionava em detrimento dos países dependentes. Voltada para fora, para o exterior, configurava-se, essa economia, não em função dos seus interesses próprios, mas em função dos interesses dos centros dominantes.

Riquezas naturais e o fruto do trabalho servil eram drenados metodicamente para o exterior que, em contrapartida, nos convertia em consumidores passivos de seus produtos acabados. Éramos, por assim dizer, um ôco cujo conteúdo não era próprio, mas alheio. Pois os produtos acabados que povoavam o horizonte de nossa existência, exteriorizavam, ou objetivavam, os interesses e a cosmovisão dos centros manufatureiros, e não os nossos interesses e o que poderia ser a nossa visão do mundo.

A ruptura da dependência implicava uma **conversão**, no sentido etimológico, do País a ele próprio. Não se tratava mais de produzir e exportar matéria-prima e importar, com os frutos dessa exportação, as manufaturas estrangeiras, quer dizer, trocar minério de ferro, café, algodão ou carne por locomotiva, trator, máquina de escrever ou remédio, mas de produzir, dentro do País, mediante a utilização de seus recursos naturais e de sua mão-de-obra, e tendo em vista as necessidades do seu mercado interno, muitos ou quase todos os produtos até então trazidos do exterior.

Ao empreender o seu processo de desenvolvimento, o País se voltava para

dentro de si mesmo e promovia, ao mesmo tempo, a sua integração. A montagem do parque industrial exigia meios de transporte e de comunicação que permitissem o intercâmbio dos produtos e das mercadorias no mercado interno. A esse processo real de interiorização e de integração, que culminaria simbolicamente na construção de Brasília e na mudança da Capital para o planalto central de Goiás, correspondeu um processo de conversão de nossa **inteligentzia** à realidade nacional. A prática do desenvolvimento suscitava uma exigência teórica, pois o projeto de transformação da realidade implicava seu prévio conhecimento e a própria transformação, no que se refere ao seu sentido, pressupunha uma ideologia ou teoria do desenvolvimento.

Admitindo a existência de uma burguesia nacional, quer dizer, independente tanto das oligarquias rurais quanto do capital forâneo, propúnhamos uma **ideologia global** do desenvolvimento, isto é, o nacionalismo. A ideologia era global precisamente porque incluía, entre as classes responsáveis pelo desenvolvimento, a suposta burguesia nacional.

Sem atentar para a heterodoxia da tese, transpúnhamos as relações internas, entre as classes sociais, para as relações externas, entre os países, e, considerando o nosso um **país proletário**, dominado e explorado pelo imperialismo, considerávamos, a externa, a contradição principal e o nacionalismo, enquanto teoria da emancipação nacional, a ideologia global do desenvolvimento.

O nacionalismo consistia, portanto, na formulação de um projeto que implicava a adoção de uma ideologia (no sentido impróprio e não ortodoxo da palavra) e no conhecimento cinético da realidade nacional, em seu duplo aspecto, natural e humano.

No que se refere aos seus fundamentos filosóficos, o nacionalismo brasileiro, tal como o entendia e preconizava o ISEB, encontrou sua expressão mais completa no livro de Álvaro Vieira Pinto, **Consciência e Realidade Nacional**, cuja importância ainda será reconhecida e que, a meu ver, funda o que se poderia chamar de filosofia brasileira. Quanto às reivindicações específicas, esse pensamento se traduziu na plataforma da **Frente Parlamentar Nacionalista**, amplamente divulgada em todo o País.

Estranhavam os antinacionalistas, na época chamados, com propriedade, de entreguistas que, em um mundo que, por



O ISEB era inaugurado

O Brasil era um país proletário

meio da ciência e da técnica, cada vez mais se unifica, ou se torna uno, pretendêmos delimitar as fronteiras econômicas e culturais da Nação. A observação, ou a crítica, repousava, quando não era formulada de má fé ou em nome de interesses que não se podiam confessar, em uma total incompreensão do problema.

Jamais pretendemos fazer da Nação um absoluto, uma entidade auto-suficiente, enclausurada em si mesma, suspicaz e hostil em relação ao estrangeiro. Sabíamos que nem mesmo as nações mais ricas e poderosas são totalmente autárquicas, podendo por isso prescindir das demais. Tratava-se, apenas, de converter ou transformar um país pobre e atrasado com todas as características do subdesenvolvimento, miséria, fome, doença, ignorância, graves contradições e desequilíbrios internos, um país alienado econômica e culturalmente, em uma nação próspera, moderna e independente.

Ora, o pressuposto da independência política, da auto-determinação ou da soberania nacional, era a emancipação econômica, pois embora houvéssimos proclamado nossa independência política há mais de um século, continuávamos a ser uma economia dependente, reflexa, área descentralizada do capitalismo metropolitano. Cábiamos, portanto, completar a obra da independência, acrescentando à autonomia política que, por ser apenas política, é formal e ilusória, a independência econômica e cultural.

A construção do mundo único, ou de um só mundo, pressupunha a nosso ver, a construção da nação. Pois, como falar em um mundo só, se o mundo em que vive-

mos está dividido em ricos e pobres, senhores e escravos? Para que as nações possam dialogar umas com as outras, no plano internacional, é indispensável que sejam realmente nações, livres e soberanas, e não áreas dependentes e submissas, sem condições de autodeterminação.

Mesmo que devesse, um dia, ser abolida, ou absorvida, em uma única entidade transacional, com uma só organização, cultura, língua etc., que realizasse, pela primeira vez, a verdadeira humanidade, a nação, no momento em que nos encontrávamos, era uma etapa, impossível de cancelar, do processo histórico mundial. Antes de ser abolida, e precisamente para que pudesse ser, mais tarde, absorvida por uma instância superior, era indispensável que a nação fosse construída.

Em relação ao projeto remoto, embora válido como ponto último de referência, de criação do mundo único, a nação ainda era, como ainda nos parece ser, o universal concreto que mediatiza a realização do humano propriamente dito.

Empregamos, o imperfeito do indicativo porque procuramos definir, em linhas muito gerais, o pensamento de uma instituição que, como instituição, não mais existe, tendo sido extinta no interregno de alguns dias, entre o abandono do poder pelo Sr. João Goulart e a eleição indireta do Sr. Castelo Branco.

Todavia, se considerarmos o ISEB uma idéia, um pensamento, então é óbvio que tal pensamento não foi extinto pelo decreto do Sr. Mazili, parecendo-me, ao contrário, que permanece válido e atual em muitos de seus aspectos, na medida mesma em que representava, e ainda representa, uma formulação adequada de nossos problemas e uma indicação do caminho que deveríamos seguir para construir a Nação próspera, justa e soberana com que sempre sonhamos.



Aliomar Baleeiro



Fernando Guilhon

O discurso de Baleeiro

Aliomar Baleeiro, presidente do Supremo Tribunal Federal, encerrou o II Encontro dos Tribunais de Alçada, na Guanabara, com um discurso que teve a maior repercussão em todo o país. Divulgamos a íntegra:

"Neste dia de galas, pelo oitavo aniversário do Tribunal de Alçada da Guanabara, e pelo encerramento feliz do vosso II Encontro, trago-vos — meus nobres colegas — a simpatia, a solidariedade e o aplauso dos juízes do Supremo Tribunal Federal.

"Faço-o de cabeça fria, como se quer sempre a do magistrado encanecido nas rotinas forenses. O duplo motivo que nos congrega aqui marca uma hora de inspiração jurídica e cívica. Como que um clarim desesperado, que rebate para a meditação sobre as grandezas e as misérias da carreira que abraçamos. Já constitui fadiga comum ouvir que exercemos alto e nobre sacerdócio e, por isso, poderíamos invocar as palavras do famoso orador sacro de nossa língua, em relação aos que servem de "Sal da Terra" para a preservação da sociedade.

"Se esta hora se impregna de elevação espiritual, não menos sugestivo é o lugar — esta sala "belle époque", onde funcionou, durante 50 anos, cercado de vitrais, como as catedrais venerandas, o Supremo Tribunal Federal, continuando as tradições augustas do Supremo Tribunal de Justiça de 1828, que por sua vez, restaurou a obra daquela Casa de Suplicação do Brasil, plantada nesta Guanabara, em 1808, por D. João VI e por ele arrancada de suas raízes às vésperas de seu regresso para Lisboa.

"O coração comovido sonha que, nas horas de silêncio, quando cessa todo o rumor de vossas fecundas tarefas e a cidade adormece, talvez ainda se possa ouvir o eco longínquo dos debates carregados de vivacidade, entre Pedro Lesa e Epitácio, nas grandes crises nacionais, que tantas vezes repercutiram aqui pelo verbo imortal de Rui Barbosa.

"Quanto juízes de prol, quanto advogados luminosos pelejaram dentro deste âmbito a velha e interminável batalha da justiça contra a iniquidade, o duelo eterno da autoridade e da liberdade?"

"Que esses ecos remotos se não extingam nunca! Que neste País, embriagado pela euforia das expansões demográfica e tecnológica, ninguém — ricos e pobres, os potentados e os et coeterna da vida — ninguém se esqueça de que não há desenvolvimento contínuo e durável fora do Estado de Direito, onde só mandam as leis e não os homens.

"É por elas e para elas que existimos há mais de 400 anos, neste país, desde que o Primeiro Governador Geral do Brasil desembarcou ao lado do Primeiro-Ouvidor e, depois, há mais de

350 anos, um Tribunal de Relação passou a funcionar na minha vetusta Bahia.

"Nestes tempos de automação, quando os juristas jovens entram em efervescência, com as possibilidades imensas da cibernética e falam de prodígios mnemotécnicos dos computadores, aplicados aos pretórios, teremos de responder-lhes com muito carinho, para não decepcioná-los, que nós, os juízes, somos e seremos incorrigíveis artesãos do Direito, no trabalho manual de recortar, esculpir e polir cada solução, uma a uma, porque a Justiça, a despeito do entusiasmo cálido dos moços, não poderá ser produzida, acondicionada e distribuída em série, mo-

notonamente padronizada, com as mercadorias da rua da Alfândega.

"Dentro de nossas togas negras e tristonhas, seremos inevitáveis como a própria iniquidade e como o próprio arbítrio dos poderosos, porque dum e doutro promanou a necessidade de nosso artesanato. Permaneceremos artífices metuculosos, minudentes e compassados na arte caprichada de criar o Direito, como legisladores do caso concreto. Ao labor de nossas mãos, pintaremos imaginação, simpatia e caridade para todos os homens. Porque não é artesão, nem juiz, o indiferente, o sádico, o leguleio de coração murcho e sensibilidade gelada.

Decerto, desse novo Encontro, praticastes de tudo isso, como artistas do Direito Aplicado, na moldagem do bronze bruto das leis à solução específica de cada caso. A vós, poderia ser endereçada a ordem do dia de Bonaparte aos soldados que conduziu de vitória em vitória, dos Alpes às planícies férteis do Norte da Itália — "exaustos, famintos e esfarrapados".

"Não vos queixais por isso, reconfortados dentro da consciência pelas alegrias do dever cumprido no único país do mundo ocidental e de nosso tipo de cultura, talvez em que nos tempos atuais os juízes podem ser demitidos ou aposentados de plano, sem defesa, recurso ou motivação expressa. Pouco importa que essa espada de Dâmocles não tenha sido empunhada pelo menos no governo atual. Ela existe e, seu estado potencial. Não estais intimidados. Mas sem medo nem mancha, como cavaleiro medieval, continuais a garantir o cidadão contra os abusos do Estado e da prepotência. O respeito e a confiança que vos tributam em todos os recantos do Brasil são o prêmio da vossa bravura serena, sem vacilações nem fanfarronadas.

"Talvez no futuro um historiador desta fase reivindique para vós o reconhecimento lapidar de Churchill para outros que temeram o sacrifício por fidelidade ao dever: "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos". Assim tendes sido até hoje e a Nação está certa de que continuareis assim pelo futuro afora. Vós sois os mesmos. Ela foi que mudou".

Arena conjugal

Maria Barreto Duarte, a candidata mais votada à Câmara Municipal de Belém, pela Arena, fugiu de casa para viver maritalmente com o seu adversário político Adolfo Monteiro Filho, do MDB, e o menos votado dos candidatos, pois obteve apenas 425 votos, incluindo o seu e o de Maria.

Como não podia deixar de ser, o episódio escandalizou Belém e, muito particularmente, a Arena do dr. Guilhon. Medidas punitivas estão sendo examinadas pelo comando arenista paraense, mas algumas vozes — as do chamado bom-senso — aconselham o partido a esquecer o mau passo da vereadora e lembrar apenas a sua expressiva votação.

A família Meira, que reúne os maiores advogados da Arena, consultada, revelou-se perplexa com o caso criado por Maria Barreto Duarte. O dr. Octávio Meira acha que houve e não houve infidelidade partidária, uma vez que a vereadora não abandonou a Arena para ingressar no MDB, (na verdade, o MDB é que se enfiou na Arena), mas preferiu a sublegenda conjugal (Adolfo é casado) de um político oposicionista.

Guaracy de Brito, o papa do colunismo paraense, reagiu violentamente à idéia de cassação do mandato da vereadora. Disse ele: Cassá-la? Nunca! Temos é que casá-la.

Seja como for, trata-se de mais um caso em que o MDB, aparentemente impotente, comeu a Arena.

Economia insolvente

As insolvências na cidade de São Paulo atingiram o total de Cr\$ 448 982 mil até o mês de outubro, acusando uma expansão de 53% em relação ao total acumulado no mesmo período do ano passado.

É o tal negócio: a economia vai bem, mas o povo (leia-se os comerciantes) vai mal.

Liberdade libertina

Michel Legris, do L'Express, que o Jornal do Brasil traduziu, está espantado porque as publicações pornográficas na Iugoslávia superam, de longe, às políticas. E desabafa: uma delas (pornográfica), "Cik", tem uma tiragem de 475 mil exemplares, enquanto o jornal "Politika" não ultrapassa os 275 mil: à falta de liberdade total, a imprensa goza de total libertinagem.

Ora, doutor Michel, o doutor Nascimento Brito, desde seus tempos de menino, sonha com o Jornal do Brasil tirando 275 mil exemplares. E ele sequer pensou, em momento algum, em liberdade. Liberdade ou libertinagem à parte, o que ele quer mesmo é vender jornal. Como todos os proprietários da chamada grande imprensa.

Editorial - I

"Por volta do ano 2000, sete de cada dez trabalhadores nas modernas sociedades industriais estarão empregados em indústrias de serviços e somente três nas de produção. A razão era inversa na década de 1960 — sete na produção e três nos serviços. A capacidade dos processos inteiramente automatizados para suprir a aspiração de procura de rendas de serviço com bens materiais de consumo será crítica para se alcançar sequer um pouco de equilíbrio na economia.

A sanidade da sociedade e sua paz e tranquilidade relativa serão mais ameaçadas por uma escassez de automação do que por armas atômicas". (Charles Levinson, economista canadense radicado na Suíça, que conhece todas as coisas das empresas multinacionais).



Biquenses ausentes

Bicas existe. Pelo menos é o que o Fritz garante. Ele, um dos fugitivos biquenses, baixou aqui no POLITIKA e disse que lá se faz uma festa sui generis: a do biquense ausente. É uma espécie de prolongamento do carnaval e consiste na promoção de festejos, com bandas de música, coretos, etc. e tal. E que dura três dias, sempre uma semana depois do carnaval.

Agora, a nova administração municipal, do padre Manoel — que teve como slogan eleitoral: tinindo para o céu com padre Manoel — resolveu prolongar um pouquinho a festa. E bolou mais três dias de comemorações, para o biquense retornante.



Nestor Jost

A amada-América

"A América Latina aumentou seus gastos militares em mais de 100 por cento nos últimos 10 anos, segundo informou em seu relatório anual a Agência Norte-Americana de Controle de Armamentos e Desarmamento. Os gastos militares dos países latino-americanos atingiram, em 1970, dois bilhões e 931 milhões de dólares contra um bilhão e 413 milhões, verificados há 10 anos,

Em relação aos últimos dez anos, é a seguinte a posição de alguns países latino-americanos quanto ao aumento dos gastos com armamentos:

Brasil	338%
Bolívia	280%
Peru	192,5%
México	151%
Colômbia	79,5%
Chile	29,5%
Argentina	29,1%

País	Educação	Militares	Saúde
Argentina	US\$ 30	US\$ 21	US\$ 5
Brasil	US\$ 3	US\$ 11	US\$ 2
Bolívia	US\$ 7	US\$ 4	US\$ 2
Cuba	US\$ 50	US\$ 34	US\$ 7
Venezuela	US\$ 44	US\$ 20	US\$ 43
México	US\$ 16	US\$ 4	US\$ 8

(O Estado de São Paulo)"

Segundo o relatório, os efetivos das Forças Armadas de todo o mundo elevam-se a 23 milhões de homens, correspondendo 13 milhões aos Exércitos dos países em desenvolvimento.

Os Exércitos latino-americanos dispõem de um total de 957 mil homens, assim distribuídos:

Brasil	225 mil
Cuba	200 mil
Argentina	144 mil
Peru	50 mil
Chile	64 mil
Colômbia	51 mil
Venezuela	31 mil

O relatório ressalta que o produto per capita na América Latina, em 1970, foi de 510 dólares. Desse total, 10 dólares foram investidos em armamentos, 15 em educação e cinco em saúde pública. A destinação, país a país, é a seguinte:

O porre das velhinhas

Donas Sônia Rosenta, de 82 anos, Adriana Germânia Denizia, de 61, e Gertrudes Raífa, de 68, saíram por aí, na paulicéia desvairada, em um carro (Fuscão) dirigido pela

caçula do terceto: Adriana. Eis senão quando o veículo desgovernou-se e foi bater em um poste que almas impiedosas tinham plantado à frente do Fuscão. Imediatamente, chamaram a RP 161 para acudir as anciãs. O primeiro PM que saltou do carro se aproximou do Fuscão e constatou com muito espanto:

— Uai, as vovós estavam de cara cheia.

Na Delegacia as três foram intimadas a prestar depoimento. Dona Sônia Rosenta, de 82 anos, foi quem deu o serviço:

— A gente tomou só um copinho daquela de Pernambuco, "a que matou o guarda", é de alambique.

Jackie: Luzes, câmeras, ação



A visão de Jost

"Tem-se dito que um engenheiro ou outro técnico de nível superior, em regra, após 10 anos de diplomado, percebe que 50% dos conhecimentos duramente aprendidos na universidade não têm mais aplicação, por se terem tornado obsoletos, e que a outra metade de que necessitará para se manter em dia até o fim de sua vida profissional talvez nem tenha sido ainda descoberta."

"Isto é mais do que uma caricatura, pois representa a dinâmica de nossa era, que está constantemente a exigir mudanças conceituais, de parte de toda a sociedade, determinando não apenas novas atitudes, mas também o abandono e a eliminação de práticas, não raro, profundamente arraigadas."

"Decorre de tais fatores a importância do treinamento em serviço para capacitação e atualização do pessoal das empresas, seja qual for o ramo da atividade exercida, tendendo, pois, a crescer mais aquelas que costumam reservar parcela mais ponderável dos lucros para pesquisas e aprimoramento de suas atividades."

"As teorias fundamentais podem persistir, muitas delas são mesmo constantes, mas os meios de sua utilização, as fórmulas por que se exprimem, têm de ser adaptadas às circunstâncias, que envolvem permanentemente e, por isso, ousar dizer que a tecnocracia, que age, em

regra, em função de parâmetros do passado, só pode contribuir para a evolução e integração dos povos, na medida em que segue a orientação dos políticos e estadistas, que têm a visão prospectiva do futuro."

"Por isso que no trato das complexas questões do desenvolvimento não basta dar a interpretação histórica que nos conduziu à situação atual, projetando o ocorrido, nem cabe à cópia de soluções alienígenas, mas impõem-se o diagnóstico imaginoso que perceba as modificações implícitas no processo, que ajude a compreender e que se tem de fazer para modificar os fatores do progresso, aliado à coragem de inovar e de aplicar a terapêutica adequada."

"Maximizando todas as forças para exploração das inúmeras riquezas jacentes, poderemos, além da rápida evolução econômica, estabelecer adequado ordenamento político, que se traduza em uma civilização que assegure a efetiva realização dos objetivos sociais de uma potente sociedade brasileira."

"O atual estágio da vida brasileira está, igualmente, condicionado a fatores políticos, sociais e econômicos externos pela interdependência que é a característica do mundo moderno. As constantes e crescentes divergências entre nações, paradoxalmente, estão levando a política internacional para um estado de convergência em que as intransigências ideológicas estão evoluindo para a formação de blocos que tendem a se aproximar através de concessões recíprocas ditadas pelas conveniências econômicas que necessitamos conhecer e analisar."

(Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil).



Benito Mussolini

Edmar
Morel

REPORTAGEM
PROIBIDA

Mussolini, o alto preço de um fanatismo

D. Rachel, a viúva de Mussolini, confiou ao jornalista Alberto Zarca um rosário de confissões da sua vida com o Duce. Ela é a autora de *Mia Vita con Benito*, Best-seller na Europa.

— Estou no fim da vida e não espero mais nada. Não tenho mais medo de falar.

No decorrer de suas entrevistas com o repórter italiano, a viúva, com 82 anos, falou de uma certa Margarida Sarfatti de Il Popolo e, possivelmente, uma das primeiras amantes de Mussolini.

O livro, segundo Alberto Zarca, conta que D. Rachel, no esplendor da mocidade, ameaçou jogar uma bomba na redação daquele jornal, se Sarfatti continuasse a assinar uma coluna.

Conheci, em Buenos Aires, morando num miserável quarto do Hotel Continental, a velha e abandonada escritora Margarida Sarfatti, de quem ouvi longa narrativa sobre sua vida com Mussolini.

Sarfatti, dona de regular fortuna, durante longos anos sustentou Benito, seu gigolô, que era socialista e vivia com dificuldade. Culta e vivendo nas altas rodas sociais romanas, Margarida muito ajudou Benito a subir na política. E como ajudou!

Estive várias vezes no Hotel Continental. O cômodo era triste. Pedacos de revistas pregados nas paredes, em forma de decoração. Um sujo tapete cobria parte do assoalho. Fazia frio, em julho, e não havia um aquecedor. Sobre uma mesinha, o retrato do advogado Cesare Sarfatti e dois jovens. Lembrança do ex-esposo e dos filhos.

— Tudo começou com um ramo de flores. Escrevi um poema de exaltação ao operariado e Felipe Turott, chefe do Partido Socialista, mandou-me um ramalhete de flores e Mussolini, seu colaborador, quis me conhecer e acabei por quebrar todos os laços de família. Fui secretária de Benito, quando era socialista. Ele traiu os companheiros e fundou o fascismo. Os nazistas, sem maiores dificuldades, souberam da minha origem israelita. Veio o brutal

assassinato do líder socialista Matteoti. Senti que o país estava narcotizado. Conhecendo-o bem, suas qualidades e defeitos, não fiquei surpresa quando recebi ordem de deixar Roma. Deixei de ser a Margarida, a Grande, como era conhecida pelo operariado socialista de Roma. Vendi tudo e tomei o caminho do exílio. Aqui estou, desde a subida do Duce ao poder. Antes estive no Brasil, onde fiz bons amigos.

— Quem são?

— O Dr. Izaias Alves, Dr. Plínio Salgado e D. Gabriela Bezanoni Lage.

D. Margarida era uma sombra da mulher bonita que serviu na escalada de Mussolini. Poderia dizer, para efeito jornalístico, que fui seu amigo. Visitei-a várias vezes e nunca ouvi uma palavra que permitisse chegar à conclusão de que era minha amiga. Pelo contrário. Era uma mulher ríspida, amargurada e, até, agressiva. Olhando sua fotografia, no apogeu com Mussolini, e vendo-a naquele miserável quarto, não via uma mulher. Era um espantalho. Pobre, velha e abandonada.

— Qual a melhor lembrança deixada pelo Duce?

Margarida Sarfatti, como que mergulhando no passado, respondeu:

— Nossas férias pelo Mediterrâneo!

Diz D. Rachel que o comportamento de Benito encarnava o do homem italiano: faz o que quer durante o dia e chega às 8 da noite em casa, para o convívio da família.

E fez uma revelação:

— Ele tinha 15 anos, era professor, e ela (Rachel) apenas oito quando foi roubada para casar. Só se casaram no civil sete anos depois. Tanto que Eda, filha dos dois, é registrada como sendo de pais desconhecidos.

Fuço da fantasia para mencionar um personagem que não aparece nas confissões de D. Rachel: coronel Valério, o comandante guerrilheiro que executou o Duce e mais 15 ministros da efêmera República de Saló.

Fui o único jornalista brasileiro a reconstruir as últimas horas de Mussolini, o que fiz com o apoio do próprio coronel Valério, nome de guerra de Walter Audizio, várias vezes Deputado Nacional, eleito pelo Partido Comunista Italiano.

— Fuzilei Mussolini com a mesma naturalidade de quem toma um copo de vinho.

Walter Audizio corrigiu alguns detalhes, sem maior importância, colhidos na minha viagem a Milão e adiantou:

— Ele foi preso pela 52a. Brigada Garibaldina, na estrada Musso Donga, em companhia de Clara Petacci, sendo levados para uma casinha abandonada de camponeses em Giulino de Mezzegra, onde fui encontrá-los, deitados sobre um monte de feno. Recebi a ordem de executá-los do Comité Nacional de Libertação.

— E Petacci?

— Quando formei o grupo de soldados, com o sargento Guido à frente, mandei que Clara saísse do seu lado. Ela, aos gritos, compreendeu a situação, abraçou o amante acovardado que, de olhos arregalados, com os braços caídos, os lábios tremendo, numa atitude de poltrão não pronunciou uma só palavra. As metralhadoras funcionaram. Olhei para o relógio: 16, 10. Dia: 28 de abril de 1945.

Coronel Valério que, certamente, não aparecerá no livro, contou como fuzilou, em seguida, 15 ministros do Duce:

— Coloquei no pátio da Prefeitura de Dongo, onde estavam presos, perto de Giulino de Mezzagra e chamei-os pelos nomes: Zerbino, Pavolini, Romano, Barracu, Bombacci, Mezzasome, Daquamo e outros. Perguntei se queriam um padre. Queriam. Depois mandei abrir fogo. Só um falou, com arrogância, antes do fuzilamento. Já havia terminado a execução quando ouvi um grito de mulher!

— Fugam!

— Mandei disparar contra um grupo que corria. Um dos mortos era Marcelo, irmão de Petacci. Coloquei os mortos dentro de um caminhão, deixando a carga fúnebre na Praça Loreto, em Milão.

Aí foi consumada a mutilação dos cadáveres. O de Clara recebeu mais de mil tiros.

— E onde está o corpo de Mussolini?

— Procure o frade Enrico Zucca que ele sabe!

Em Milão, por três vezes, fui ao Convento de Santo Angelo, em busca de Frei Zucca. Nunca estava. No fundo, não queria falar com o jornalista.

Em 1951, numa exposição de arte italiana, no Rio, promovida pelo Frei Zucca, fui ao seu encontro, recebendo um exemplar do seu livro *Verità*, que é a história do cadáver do Duce.

Os despojos de Mussolini foram retirados do Cemitério de Musocco a 24 de abril de 1946 e confiados à guarda do Convento Santo Angelo. Os americanos, por sua vez, tinham um pedaço da cabeça, interessados que estavam em estudar o cérebro de Benito. Os despojos, agora, estão em sepultura condigna. O túmulo é ponto turístico.

Fiz tudo que um repórter pode fazer para elucidar certos episódios da vida de Mussolini. Estive com Eda Ciano, no seu pequeno apartamento, à via Angelo Socori, em Roma.

Sua filha Raymunda, já casada, estava de partida para o Brasil, para residir em Ribeirão Preto.

— Agora, que cumpri pena de prisão de dois anos, em Lipori, por crime político, estou inteiramente dedicada à vida doméstica. Romano, meu irmão mais moço, é músico de jazz. Vittorio, outro mano, vive em Buenos Aires. Minha mãe, como viúva de um ministro de Estado e, eu, como viúva do Conde Ciano, outro ministro, não recebemos uma só lira de pensão do Estado.

Perguntei se ela estava escrevendo um livro de memórias.

— Não venderei a minha dor nos balcões das livrarias.

Em 1972, D. Rachel Mussolini, confessa:

— Procurei e pedi para que ela (Clara Petacci,) saísse da vida de Benito. Agora rogo pela alma dos dois.

Alberto Zarca perguntou se a Itália ainda terá um segundo Duce:

— Fui italiana, antes de ser fascista. Hoje é tempo de que vocês se unam para defender a sua pátria e os seus filhos. Essa experiência nos custou muito caro.

Recordo um pensamento de Sarfatti, a quem fui apresentado por Damonte Taborda, diretor de A Crítica:

— Mussolini foi um Cezar sem amigos e sem futuro

Marcos Freire

Doze anos depois, a Sudene é uma expectativa. Poucos são, em verdade, os seus frutos e não há como saber-se de quem é a culpa. E haverá culpados ?

SUDENE, VÍTIMA OU CULPADA?



Um dos seis melhores deputados da atual legislatura; representante, por méritos, da bancada pernambucana na Câmara Federal; um dos grandes vencedores das últimas eleições municipais; político ilibado e cuja atuação pode ser considerada das mais positivas, isto tudo seria suficiente para que não apresentássemos Marcos Freire aos nossos leitores. Entretanto, depois de inúmeros convites, finalmente ele debuta em POLITIKA, tratando de um assunto do qual é especialista e profundo conhecedor. O Nordeste, para Marcos Freire, é a continuação de um trabalho que vem realizando desde que o MDB foi buscá-lo nos bancos da Faculdade de Recife para vencer, de maneira incontestada, na política nacional. Deixemos que ele fale da Sudene e de suas vitórias e fracassos. Eis Marcos Freire, leitor, de corpo inteiro. (A Editorial)

Nordeste, nos primórdios de nossa história: região mais rica do Brasil. Uma das mais prósperas do mundo. *Renda per capita* muito acima da prevalente na própria Europa de então. Centro dinâmico de nossa economia. Fase de riqueza. De opulência. Despertando cobiça.

Nordeste, quatro séculos depois: a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano. Cerca de trinta milhões de habitantes em 1.600.000 km² (30% da população brasileira em 20% do território nacional). Fase de pobreza. De miséria. Despertando comiserção.

Renda per capita: US\$ 207. Menos da metade (47%) da do Brasil (US\$ 440). Um terço (35%) da do Centro-Sul (US\$ 590). Quase um quarto (29%) da de São Paulo (US\$ 707). Onde, baixíssimos níveis de vida do seu povo, em

especial de sua população rural que representa 54,9% do total. Desses, 79,6% são constituídos por família de baixa renda, tendo uma renda per capita anual da ordem de US\$ 40 a US\$ 50, incluindo o valor dos alimentos consumidos oriundos da produção própria (dados constantes no Plano de Desenvolvimento Regional, elaborado pela Sudene, em 1971).

A grande seca de 1968 pariu a Sudene que, pelo planejamento global da economia do Nordeste, superaria as improvisações e programas paralelos ou conflitantes. Cabendo-lhe definir a política de desenvolvimento regional, traçou-se uma estratégia de atuação que, através da industrialização, propiciaria um centro de expansão manufatureira, propondo, ao mesmo tempo, a realização de ampla reestruturação no setor agrário.

Buscava-se a implantação de um sistema econômico moderno, auto-sustentável, e a conseqüente abertura do caminho para a superação das desigualdades regionais de desenvolvimento.

No setor industrial, surgiu, com o I Plano Diretor da Sudene, o engenhoso sistema de incentivos fiscais e financeiros, pelo qual se facultava às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuem a dedução de até 50% nas declarações do Imposto de Renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada de interesse para o desenvolvimento do Nordeste (Lei 3.995 de 14.12.61).

Terá sido esse mecanismo, conhecido como dos artigos 34/18, que permitiu, no quinquênio 65-70, que nossa indústria crescesse a 10%. Taxa, no entanto, ainda insatisfatória

para superar o nosso atraso pois, com ela, e com o setor agrícola crescendo a 6%, foi de apenas 7% o nosso crescimento médio, nesse período. Menor, portanto, ao do país como um todo. E a continuar nesse passo chegar-se-á a 1980, segundo relatório do próprio Banco do Nordeste, a uma *renda per capita* do nordestino representando apenas 36,3% da média nacional, ou seja, uma posição inferior a 1955, que marcou o ponto mais baixo da perda de posição relativa do Nordeste (37%). Aliás, é sintomático dizer que em 1958 representávamos 7% da produção industrial do país e que, 10 anos depois, apesar do nosso grande crescimento industrial, o Nordeste passou a ter uma participação menor (6,7%) no produto industrial do Brasil.



O que há, em grande parte, é que os programas do governo, muitos deles visando o povo, não foram aplicados como era de se esperar. Houve desvios.

Sudene, vítima ou culpada?

Apesar dos incentivos, não é melhor a situação do Nordeste. Muitas são as falhas na prática das teorias

O economista Rubens Costa, julgando inviável uma expansão na agricultura em bases muito maiores que as verificadas nos últimos anos e admitindo que os serviços possam passar dos 6% da última década para 10%, mostra que, **para atingirmos um crescimento total de 10% no período 70-80, o setor industrial terá que crescer a 15%**. Esse aumento, equivalente a 50%, implicará num esforço extraordinário, desde que extremamente rápido e inédito no passado (pronunciamento feito em Brasília, a 05.05.71).

Ora, a economia do país está crescendo, segundo o governo, a mais de 10% — já anunciam que, este ano, ultrapassará os 11,3% de 1971. Como, pois, o Nordeste poderá se integrar na Federação, superando-se as atuais desigualdades regionais, sobretudo se, decrescentes os recursos do 34/18, dificilmente

passaremos, no setor industrial, da taxa de 10% para 15% — exatamente um dos pressupostos do crescimento global de 10% para nossa região, na década 70-80?

E por que?

É que os incentivos fiscais dos 34/18, que se constituíam em instrumento específico e exclusivo de industrialização, vêm sendo sucessivamente golpeados pelo Governo Federal, inclusive com desvios dos respectivos recursos que se destinam hoje, em sua maior parte, a outros fins ou áreas menos necessitadas.

Com efeito, de início cabia à Sudene os 100% de tais recursos. Mas, alterações várias foram ocorrendo de tal forma que, com a Sudam, pesca, turismo e reflorestamento, reduzimo-nos a menos de 50%. É o que demonstra os seguintes dados:

Quadro demonstrativo
Comportamento dos Incentivos Fiscais até Junho de 1971
(valores em Cr\$ 1.000,00)

Sudene (*)	1.008.795	45,65 %
Sudam	449.206	20,33%
Sudepe	205.398	9,29%
Embratur	87.244	3,95%
Reflorestamento	459.088	20,78%

(*) as parcelas referentes à 1a., 2a. e 3a. regiões fiscais incluem a arrecadação até o mês de maio de 1971.

Fonte: Dep. industrialização — Sudene.

Em 1971, essa situação se agrava pois, com a Transamazônica (PIN), veio um corte de 30% o que **terá baixado o nosso percentual**, nos recursos do 34/18, **para cerca de 35%**. Agora, com o Proterra, a previsão é descermos a, **apenas, 28%**. Eis a que estamos reduzidos quando — repita-se — os incentivos fiscais foram criados fundamentalmente para a indústria.

Tudo isso contrariava orientação anteriormente consagrada pelo próprio Ministério do Planejamento que, ao elaborar em 1967 o Plano Decenal do Desenvolvimento, recomendava, expressamente, que cumpriria evitar que o estímulo do tipo contido nos artigos 34/18 fosse estendido a outras regiões ou atividades específicas. E hoje às pessoas

jurídicas já **podem descontar de seu Imposto de Renda para posterior aplicação em projetos localizados em qualquer parte do território nacional, inclusive nas áreas de adiantado estágio de desenvolvimento**, conforme esclarece o próprio Chefe da Divisão de Controle de Incentivos, do DI da Sudene, economista Paulo de Tarso.

Ora, essa dispersão diminui o volume de recursos à disposição do Nordeste, reduzindo, portanto, a possibilidade de um aumento dos investimentos na proporção que se faz necessária.

Em termos absolutos, a situação não é menos exasperante, sendo desanimadora a projeção das deduções do Imposto de Renda que caberão à Sudene, no próximo



Rubens Costa

quinquênio, e sobretudo, consequentemente ao seu programa de industrialização, excluídas, portanto, todas aquelas parcelas supra-especificadas. Com efeito, tal projeção, elaborada pela Assessoria Técnica da própria Sudene, nos dá conta de que nos caberá os seguintes recursos:

Preços de 1970 (Cr\$ 1.000,00)

1972	525,6
1973	566,6
1974	608,0
1975	649,3
1976	690,5
Total:	3.040,2

Ora, se contrapusermos, a tal quadro, as deduções realizadas em igual período de tempo, que vai de 1966 a 1970, veremos o decréscimo gritante de recursos que, segundo as projeções feitas, nos caberão, deste ano em diante. Coteje-se, com o anterior, o seguinte quadro (A.T. da Sudene):

Preços de 1970 (Cr\$ 1.000,00)

1966	541.975,6
1967	661.329,8
1968	684.889,7
1969	756.912,2
1970	939.454,0

* Em 1971, terá sido de Cr\$ 706.156.573,00 que, deflacionado, corresponde a Cr\$ 568.453.983,00.

Conclui-se, portanto, que recebemos mais no quinquênio em questão do que nos caberá a partir de 1972, em igual período de tempo. **Evidente, pois, a queda de recursos para os projetos industriais.** Só no período 70-71 terá sido de quase 35%.

Enquanto isso, relatório do Banco do Nordeste, já referido, enfatiza que há problemas a resolver para a consolidação do processo de industrialização do Nordeste, no que se refere à oferta adequada de recursos para financiar a expansão que se faz necessária. Afirma, mesmo, que a **região terá de mobilizar, até 1976, recursos da ordem de Cr\$ 12,5 bilhões** (até junho de 1972, foram aprovados 917 projetos, estando em funcionamento 387 e implicando num investimento total de Cr\$ 8.100.416.339,00), para garantir o crescimento da indústria de transformação durante a década, de acordo com a taxa prevista. E esclarece que, levando-se em conta a estrutura de financiamento que vem sendo adotada para os projetos, as necessidades de recursos provenientes do 34/18 (48,5% em média) seriam aproximadamente Cr\$ 6 bilhões devendo o restante provir de fontes próprias, do sistema bancário, etc. Como se vê, e se deduz das projeções feitas pela Assessoria Técnica da Sudene, receberemos, de incentivos financeiros, **apenas metade daquilo que o BNB julga imprescindível ao nosso desenvolvimento.** Donde, não há como fugir: **a política do Governo Federal, se mantida a sua atual orientação, não atenuará as disparidades econômicas regionais, impedindo, pois, que o Nordeste supere o seu atraso.**



Sudene, vítima ou culpada?

A despeito dos incentivos, o parque industrial nordestino é incapaz para minimizar os efeitos de muitos anos da dominação dos Estados do Sul.



Um incipiente parque não deu ao Nordeste o desenvolvimento industrial que os programas haviam previsto

É necessário quise diga, também, que, no próprio presente, tais recursos são curtos e insuficientes para atender os projetos já aprovados pe-

la Sudene. Mais: o deficit atual é superior a 1 bilhão de cruzeiros! É o que demonstra, eloqüentemente, o seguinte quadro:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECURSOS 34/18

ANOS	Opções para aplicação na área da Sudene	Valores comprometidos, 29 os projetos já aprovados	Diferenças entre opções realizadas e recursos comprometidos
1962	6.000		
1963	7.000	7.309	5.691
1964	36.000	26.364	15.327
1965	172.000	34.945	152.382
1966	252.000	161.125	243.257
1967	352.000	546.151	49.106
1968	465.862	619.181	- 104.213
1969	626.572	765.332	- 242.973
1970	939.321	1.040.689	- 344.341
1971	706.156 *	1.382.000	- 1.020.386

* Assinale-se a queda de recursos para os projetos industriais, em face do PIN, os quais se se levar em conta a taxa inflacionária de 19,5 em relação ao ano anterior, se reduziriam, de fato, a Cr\$ 568.453.983,00.

Não pode passar despercebido, igualmente, que, se se retraem os recursos, também se retraem os projetos, uma vez que os empresários sabem que aqueles se tornam mais difíceis e conseqüentemente mais caros. É a clássica lei da oferta e da procura, que tem como conseqüência, no caso, a elevação do custo de captação. A menos recursos disponíveis, correspondem, pois, menos atrativos à apresentação de projetos, desestimulando os empresários.

É o que já ocorre, pois já é do conhecimento público quise continuem os investidores a destinar o mesmo percentual que vem despendendo nos últimos anos para proje-

tos nordestinos, faltarão recursos suficientes para as liberações previstas. Carece, assim, de maior significado o saldo de Cr\$ 956.239.119,00 existente a 31.12.71, entre as opções feitas até então para a Sudene Cr\$ 3.562.911.573,00) e as liberações havidas (Cr\$ 2.606.672.954,00), hoje reduzido a pouco mais de 700 milhões de cruzeiros.

Está, pois, comprometido o programa de industrialização do Nordeste. O governo federal não só se tem afastado do espírito e da letra do I Plano Diretor da Sudene, mas também, como se demonstrou, vem provocando uma redução do valor real dos incentivos fiscais atribuídos a tal programa.

Por outro lado, tem cortado os próprios recursos orçamentários da Sudene que, no quinquênio 66-70, não conseguiu receber integralmente as dotações a que teria direito, conforme evidencia o quadro que se segue.

Recursos previstos nos Planos Diretores e recursos da União recebidos pela Sudene Cr\$ 1.000.000

ANOS	Recursos Previstos (a)	Recursos Recebidos (b)	% $\frac{b}{a}$
1966	144.460	119.737	82,8
1967	248.255	102.142	41,0
1968	348.480	147.409	42,0
1969	183.417	141.759	77,3
1970	218.748	123.922	56,7
TOTAL	1.143.360	634.969	55,53

Fonte: Sudene (dados básicos)

* Assinale-se que, em 1971, o fato se repete: de Cr\$ 364.813.000,00, Sudene só recebeu Cr\$ 141.000.000,00, ou seja 53,3% da quantia estimada.

De nada adiantou que, no exercício de 1969, viesse uma previsão de apenas Cr\$ 183.417.000,00 — quase metade que a do ano anterior (Cr\$ 348.480.000,00) — porque nem por isso se lhe forneceu o montante previsto.

A sua participação na receita da União é, por sua vez, cada vez mais decrescente. Eis-la:

Participação da Sudene na Receita da União

Anos	%
1966	2,3
1967	2,2
1968	1,2
1969	0,9
1970	0,7
1971	0,5

Fonte: Sudene (dados básicos)

Não há dúvida, pois, que a Sudene está-se esvaziando, definhando cada vez mais, face ao tratamento que lhe vem sendo dispensado.

Ela teve erros. Distorções na orientação desenvolvimentista a que se propôs. Sua própria política de industrialização não está livre de reparos. Apesar disso — e sobretudo sem isso e com a ajuda crescente da União — poderia consolidar, no Nordeste, um centro dinâmico de

produção industrial que, ao lado das ampas reformas no setor agrícola (que até hoje não se efetivaram), assegurasse o pleno desenvolvimento regional.

Malgrado seus defeitos e desvios, é o grande marco na evolução histórica da luta pela redenção do Nordeste. Mas o chão lhe tem falado aos pés, constantemente.

Após seus primeiros anos de implantação, quando, exatamente, deveria alçar seu grande vôo, não conseguiu os recursos e os instrumentos necessários à execução de sua política reformista. Os desmentidos formais de seus chefes — delegados de confiança do Presidente da República — não podem ilidir a verdade dos fatos, retratada nos seus próprios dados e estatísticas.

Iniludível que a Sudene vem sendo, ao longo dos anos, desprestigiada. Nem sempre tem sido ouvida nem devidamente apoiada. Embora órgão do governo federal, a Sudene, filha de outros governos anteriores a 64, veio a ser olhada com desconfiança e até tratada com hostilidade. Por isso não deu, até hoje, o que era de se esperar. E nisso tudo — não há como fugir — a Sudene é, desgraçadamente, mais vítima do que culpada.

POLITIKA

18

linha
kruzada

Fogo

Kruzado

"O capital estrangeiro que está vindo para o Brasil é uma incongruência pecuária: em vez do zebu para reproduzir trazem o bezerro para mamar". (José Ermirio de Moraes, último grande capitão de indústria do Brasil).



José Ermirio de Moraes

MeM

HUMOR, por Layus

HIJO, YO NO SÉ BIEN COMO SE
DICE, PERO ES:
«SOMOS UN PAÍS
SUBDESARROLLADO»
«SOMOS UN SUBPAÍS
DESARROLLADO»

LAYUS.

Tribuzi,

o poeta de São Luís

BANDEIRA TRIBUZI — Uma das grandes vozes da geração de 45 — vive para duas fidelidades: à poesia e à cidade de São Luís. No Maranhão, quando alguém diz O Poeta, é a Bandeira Tribuzi que se refere. Mais que um poeta do tempo presente, é o poeta da angústia do tempo presente. Como o leitor verá neste poema.

O TEMPO DOS
CONGLOMERADOS

Lá vem chegando o tempo prometido
das crianças geradas na proveta,
premeditados gênios em seus frascos
sob encomenda entregues nos seus plásticos;
e as pílulas do pranto ou do sorriso
do ódio ou do amor estão na gaveta;
grandes conglomerados nos armários
têm disponíveis homens com relógios
para comer, dormir e trabalhar
e o quarto de hora do amor diário
e fêmeas com eletrônico ovário,
belas pin-up-girls de calendário
em condições de preço e prazo ótimos;
para evitar insultos cerebrais
os crânios são inflados de vazio
e ligados a máquinas geniais
que programaram idéias e ideais
sem humanas paixões tradicionais
no impulso cibernético sadio;
hidratos de carbono e proteínas
substituem alfaces poluídas,
sintéticas maçãs e tangerinas
nascem de árvores de polietileno
e em vez de obsoletas sopas, tortas,
o homem, livre dos riscos dos venenos,
vai devorando naturezas mortas;

O risco da superpopulação
foi definitivamente superado
pois ninguém nasce ou morre enquanto não
for excedente ou for requisitado
pelo sábio sistema da engrenagem
(o consumo é função da produção)
que multiplica a máxima vantagem.

Abomináveis degraus sociais
contraversores da humanidade
foram definitivamente superados
em favor de uma fórmula resumo.
O mundo agora é simples: desiguais
e nítidos na só diversidade
— a numerosa massa de consumo
e o estrito núcleo dos conglomerados.

E, como o grande sal que dá tempero,
o enlatado da comunicação
plantando o mesmo sol ou desespero
em cada olhar e cada coração,
pra tudo ser inverno ou ser verão
e a lágrima rolar ou haver sorriso
na face universal do paraíso.

Lá vem chegando o tempo deslumbrado
do impossível ver-se consumado,
do inacreditável trivial,
do homem infalível como um deus!
Quem não é deus chegou a seu final:
está na hora de cantar adeus.



Veiga Brito

Adauto, o homem protesto

O homem é a medida de seus atos. São Paulo, o panfletário do Cristianismo, cunhou a síntese clássica: "Por eles os conheça". O Brasil conhece Adauto Lúcio Cardoso, o homem do protesto.

Em 1942 ele era consultor jurídico do Ministério da Viação. A ditadura reformulou a Lei de Contravenções Penais. Ele protestou: pediu demissão.

Em 1943 pegava assinaturas para o Manifesto dos Mineiros, protesto organizado contra a ditadura. Foi preso.

Em 1947 era vereador no Rio. Uma lei do Senado feriu a autonomia da cidade. Protestou: renunciou ao mandato.

Em 1966 era presidente da Câmara Federal. No dia 12 de outubro, no Palácio do Planalto, o presidente Castelo Branco lhe assegurou que não haveria mais cassação de mandatos parlamentares. Saiu, foi para casa, ligou a TV. O marechal acabava de cassar seis deputados, a começar do líder da oposição, Doutel de Andrade. Ele protestou: voltou para o Congresso, não reconheceu as cassações e deu a palavra aos cassados. (Nessa noite, Doutel de Andrade fez um dos mais lúcidos, corajosos e bonitos discursos de toda a história do Parlamento nacional).

Castelo Branco tentou dobrar Adauto Cardoso. Ele não cedeu. Castelo Branco mandou o coronel Meira Matos cercar e fechar o Congresso. E houve o diálogo famoso:

— Coronel, estranho vê-lo aqui, sem qualquer autorização legal, cercando belicamente uma casa desarmada.

— E eu não esperava do senhor uma atitude tão anti-revolucionária.

— Coronel, eu sou, antes de tudo, um servidor do poder civil.

— Deputado, eu sou, antes de tudo, um servidor do poder militar.

Quando, o Supremo Tribunal Federal deu razão ao procurador-geral da República, que arquivou a reclamação do MDB contra a lei de censura, sem encaminha-la ao julgamento do STF, Adauto Cardoso protestou.

— "Com esta deliberação, suprimiu-se a ação direta de aceleração de inconstitucionalidade, sempre que ela contrariar o interesse do Poder Executivo. Nas condições em que se acha o país nenhum particular se atreverá a contestar a constitucionalidade das leis de natureza política. Só poderiam fazê-lo aqueles que agissem por via de representação ao procurador-geral. E este se tornou senhor de julgar antes do Supremo Tribunal e com exclusão dele, da procedência da representação. Isto equivale a tornar o Poder Executivo Juiz da inconstitucionalidade das leis".

E disse mais: "A duras penas o MDB vem-se mantendo como partido da oposição. A arguição de inconstitucionalidade do decreto-lei de censura prévia que só é possível através de outros meios legais, a realidade mostra ser impossível. Quem se atrever a ir ao Judiciário contra o Decreto-lei poderá ser preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional".

Renunciou e foi embora para casa.

O pobre Beijo



Beijamim Vargas, que a honestíssima UDN pintou em aquarelas de corrupção, esteve doente há pouco. Não tinha

dinheiro para internar-se em uma casa de saúde particular. Como aposentado do Estado, foi para o hospital do IASEG — Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado da Guanabara.

Marcial Dias Pequeno, chefe da Casa Civil de Chagas Freitas, soube que o antigo todo poderoso Beijo Vargas estava numa enfermaria coletiva, apesar do sobrenome carregado de história e pretéritos prestígios. Mandou transferi-lo para um quarto especial.

Ceilão, sei não professora

Veiga Brito, se vocês não sabem, é mineiro. Trouxe de lá aquela calma de monge carmelita em

paz com Jesus.

Primeiro dia de aula ginasial, a professora abriu os Lusíadas: As armas e os barões assinalados que da ocident l praia lusitana, por mares nunca dantes navegados, passaram muito além da Tabrobana...

— Você aí, onde fica a Tabrobana?

— Não sei, professora.

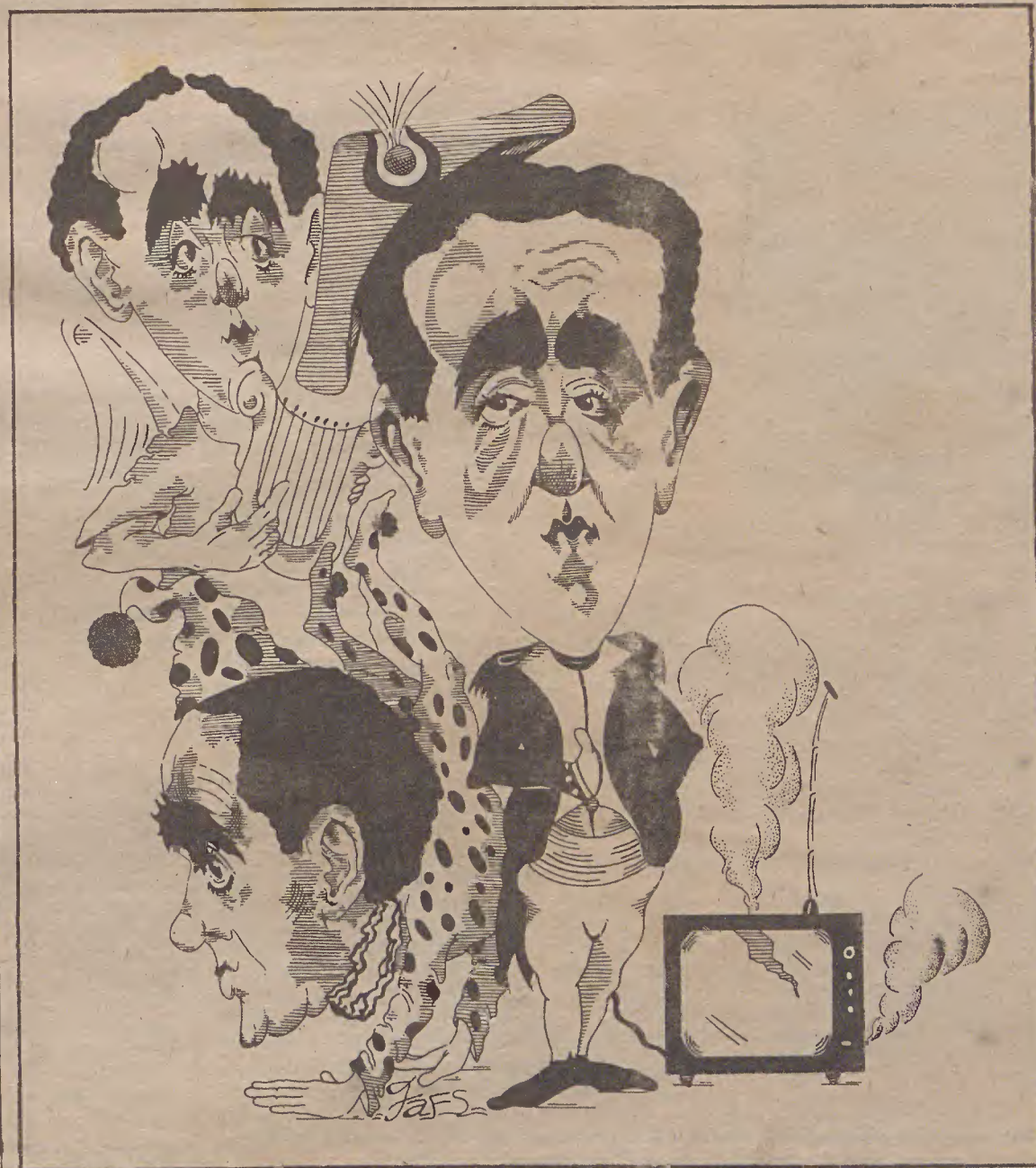
— E você?

— Também não sei, professora.

— E você lá atrás?

— Sei não, professora.

— Muito bem, no Ceilão. Você aqui, grandalhões, não acertaram. Ele, o mais novo da sala, primeiro dia de aula, já sabe. Dez para você, menino.





Silvestre Péricles de Góis Monteiro

Gerardo Melo
Mourão e
Ary Pitombo

Silvestre Péricles, a morte do poeta do amor e da saudade

Morreu em Brasília, recentemente, Silvestre Péricles de Góis Monteiro.

Dois antigos parlamentares de Alagoas — o ex-deputado Ari Pitombo e o ex-deputado Gerardo Mello Mourão — que foram seus correligionários e seus companheiros de bancada no Congresso Nacional, dão a POLITIKA um testemunho sobre a grande figura humana de Silvestre Péricles.

Há dias, em Brasília, mais uma figura marcante da nossa política deixou o mundo dos vivos: Silvestre Péricles de Góis Monteiro.

De tradicional família alagoana, filho do médico Pedro Monteiro e Constança de Góis Monteiro, Silvestre que era o quarto de uma grande prole, nasceu no Engenho Guindaste, em S. Luiz do Quitunde e cedo veio para a Capital do Estado, onde iniciou os seus estudos. Depois de formado em Direito, ingressou na Justiça Militar, atingindo o posto de Coronel, onde o encontrou a Revolução de 30, e da qual ele foi um dos mais destacados colaboradores, ao lado dos seus irmãos Pedro Aurelio, Cícero e Ismar.

O seu temperamento agitado e o seu amor à terra natal fizeram-no ingressar na política, tendo, para isso, se afastado do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, para onde havia sido nomeado após deixar a Justiça Militar.

Na política, ocupou os cargos de governador, senador e deputado Federal pela Alagoas, onde se destacou pela sua dedicação à causa pública.

Silvestre Péricles era uma figura discutida e, para que não dizer, pouco simpática aqueles que não o conheciam, pelo seu temperamento agitado e, por vezes, agressivo. No entanto, para quem o conhecia e privava da sua intimidade, a imagem era justamente contrária. Detrás daquela impulsividade com que sempre defendia uma causa justa ou se colocava ao lado dos humildes contra a prepotência dos ricos, Silvestre Péricles era um homem de grande coração e bondade. Certa vez, quando governador, mandou chamar ao Palácio um comerciante que estava prejudicando o povo.

Depois de passar-lhe um bom sabão, chamou um guarda e mandou que o conduzisse à Penitenciária. Depois que os dois saíram do gabinete, um dos auxiliares do governador lembrou que seria aconselhável avisar à esposa e aos seis filhos do infrator.

Ao que Silvestre, com aquela irreverência que lhe era peculiar, retrucou: E esse safado tem mulher e 6 filhos? Man-

de aqui o guarda com o preso. Tão logo o comerciante entrou no gabinete, Silvestre deu-lhe alguns conselhos, já agora lembrando a sua condição de chefe de grande família e mandou-o embora.

Rigorosamente honesto, qualidade, aliás, dos Góis Monteiro, ele cuidava do dinheiro público como se estivesse cuidando do seu orçamento doméstico. Lembro-me que, certa ocasião, estava eu em Palácio, conversando com ele, quando entraram duas irmãs de caridade pedindo auxílio para um colégio que havia sido atingido por uma grande enchente. O muro havia caído e elas não tinham dinheiro para reconstruí-lo.

Depois de consultar a verba específica, Silvestre prometeu dar 25 contos para as obras. As irmãs acharam pouco e imploraram maior quantia. Ele foi inflexível, dizendo: Irmãs, se o dinheiro fosse meu eu não vacilaria em dar o necessário para a reconstrução do muro. No entanto, esse dinheiro pertence ao Estado e, como tal, eu tenho de usá-lo de modo a atender a todos os casos semelhantes que apareçam.

Assim agia Silvestre à frente do governo de Alagoas, tendo conseguido, dessa forma, o conceito e a admiração do povo alagoano, notadamente, da classe pobre, que não o abandonava nas lutas políticas que empreendeu por quase 25 anos. Nunca gastou um centavo, sequer, em campanhas eleitorais e os seus comícios eram os mais concorridos em todo o Estado. O povo se aglomerava para ouvir os discursos do velhinho, como carinhosamente o chamava e ele jamais deixou de contar com o apoio daqueles que compunham a poeira de ouro, como costumava classificar os eleitores das ruas poeirentas e pobres da capital alagoana. Morreu Silvestre depois de uma vida de luta e trabalho em prol da sua terra e dos seus conterrâneos. E morreu como sempre viveu: pobre, modesto e simples. Li, pelos jornais, que depois de ser enterrado, encontraram um bilhete, no qual ele dizia: Desejo que o meu corpo seja enterrado nas Alagoas, em cova rasa, somente com uma simples cruz e com o epitáfio: Aqui repousa Silvestre Péricles, que muito amou e trabalhou pela sua terra. (A.P.)

Silvestre Péricles de Góis Monteiro, desaparecido recentemente, foi uma das mais fascinantes figuras da vida política brasileira. Honro-me de ter sido seu amigo, seu correligionário e seu companheiro de bancada no Congresso Nacional, como representante das Alagoas numa legislatura particularmente dramática da história deste país. A imagem que dele há de ficar no coração do povo alagoano é a do homem inteligente e culto, bravo e indomável, fanaticamente honesto, com um sentimento de honra e uma dignidade pessoal exemplar, que dele fizeram um padrão e uma presença admirável em nossa vida pública.

Magistrado, coronel do Exército, Ministro do Tribunal de Contas, deputado federal, governador do Estado, Senador da República, sua passagem por todos esses cargos está marcada pela inflexível retidão de um caráter vertical e límpido.

A malícia velha de adversários que tentaram durante longos anos, desfigurar sua imagem com versões levianas e fantásticas, recebeu sempre a resposta do povo alagoano, que dele fez seu líder e sua bandeira, em tantas campanhas memoráveis, de que participamos juntos.

Homem de letras e de fino gosto artístico, gostava de chamar-se a si mesmo de poeta do amor e da saudade. Era, de fato, um temperamento lírico, e o veemente lirismo humano que dava a tônica de todos os gestos de sua vida exuberante, há de ter estimulado as distorções com que o mau caráter de seus adversários tentou, tantas vezes, toldar a limpidez de sua imagem.

Mas o velho Silvestre, o velhinho de mãos limpas — como costumava saudá-lo o povo das Alagoas — responsável por um dos mais profícuos governos de que já se beneficiou o Estado, responsável por tópicos fundamentais da Constituição de 1946, como relator da Grande Comissão presidida por Nereu Ramos — o velhinho de mãos limpas, que deu tudo a seu povo, até sua saúde e seus últimos dias de vida, há de ficar na memória dos alagoanos como um dos mais altos símbolos de sua grandeza, ao lado dos outros grandes mortos da terra

— Deodoro, Floriano, Tavares Bastos, o General Góis Monteiro ou Muniz Falcão.

Lembro-me do último comício que fizemos juntos numa praça de Maceió quando Silvestre, solicitado a aderir aos vitoriosos de 64, preferiu ficar ao lado do povo humilde de nossa terra, candidatando-se mais uma vez pelo MDB. Com a saúde abalada, percorrera o Estado, de trem ou de carona em carros de amigos, pois não tinha sequer um jeep para sua campanha. Nunca distribuía um centavo para comprar votos. Ao terminar o comício de encerramento, depois de um discurso de admirável força poética, despediu-se da multidão que o ovacionava chorando naquela calada noite alagoana, dizendo ao povo que, depois de oferecer-lhe todas as forças de sua inteligência e de seu trabalho infatigável, nada mais tinha a oferecer, senão o velho chapéu de palha com que cobrira sua bela cabeça branca nas jornadas da campanha. E num gesto largo, estendendo-o sobre a praça, ao lado da irmã estremecida e da filha que adorava, lançou sobre a multidão o velho chapéu liberal, exclamando: — esta é a última lembrança que vos pode dar o velho Silvestre.

Um amigo meu guarda como relíquia o chapéu memorável, que se fez símbolo de uma campanha popular. Quanto a mim, guardo de Silvestre Péricles de Góis Monteiro, a emoção de haver conhecido um homem limpo. E bravo e bom e puro. E doce, no fundo de seu coração de filho do povo. Porque ele era, sobretudo, um filho do povo. (G.M.M.)

**Danúbio
Rodrigues**



Erico Veríssimo

POLITIKA

21

**feira
do livro**

O licenciado Florentino

Quando o licenciado português Florentino Cardoso chegou pela primeira vez a este país, em 1962, carregando nos ombros uma biblioteca inteira para a Universidade de Brasília, sentiu que daqui não sairia assim tão fácil. E era verdade: voltou mais seis vezes e agora pretende vender um objeto difícil e que no Brasil tem dado muitos problemas de toda espécie — livros.

— Pretendemos mostrar toda a produção editorial portuguesa, no máximo oito dias depois que os volumes saíam dos prelos de lá — diz ele no seu gostoso sotaquezinho de Évora, onde nasceu e de onde tem muita saudade, principalmente nas noites de lua.

A Livraria Camões — recentemente inaugurada — faz parte do corpo da famosa Imprensa Nacional de Lisboa, fundada há mais de du-

zentos anos, com objetivos democráticos e polêmicos, inclusive o de *animar as letras*. Florentino Cardoso garante que na sua Casa a intenção é fazer mais íntima a compreensão entre os dois países, onde o *humanismo* paira acima de todas as coisas, afirmando categoricamente que se por acaso houver lucros, estes ficarão para sempre no Brasil, reinvestidos em promoções culturais e na abertura de novas filiais nos principais centros do país. A intenção da Livraria Camões é atingir o público universitário, mas também deixar claro que todo mundo pode chegar lá, aspirar fundo o excelente ar refrigerado, ler à vontade e voltar para onde deseje, não comprando nada, pois aqui ninguém vai se aborrecer. Para isso, está sendo montada uma Sala de Leitura onde, no futuro, o pessoal poderá ouvir um disco da Ceia dos Cardeais, de Júlio Dantas, ou folhear os cinco pesados tomos da *Portugaliae Monu-*

menta Cartographica, que contém todas as cartas portuguesas dos séculos XIII ao XIX, com explicações detalhadas. Este é o volume mais caro posto à venda: quatro mil cruzeiros!... Mas há livros desde três cruzeiros, inclusive vários tipos de *Os Lusíadas*, que vão desde sete até quinhentos cruzeiros, isto sem falar nos *auto-serviço* do tipo Eça de Queirós. O licenciado diz que Portugal editou em 1971 seis mil títulos (quando ele fala assim, encaixa também Angola e Moçambique, que defende com ardor, pois, como bom cristão, é muito religioso e visceralmente contrário ao comunismo — Acha, porém, que o seu negócio é vender livro e não falar de política. Agindo assim, promete abarrotar o mercado brasileiro de qualquer livro português — exceto os proibidos em Portugal — aqueles que pregam a ideologia materialista subversiva e os de cunho imoral.

Balcão

• Bom caráter, escritor dos mais importantes do Brasil contemporâneo, José Cândido de Carvalho está de livro novo na praça: *Ninguém Mata o Arco-Íris*, reunindo trinta e cinco perfis de gente conhecida por aí. Depois do estrondo de *O Coronel* e *O Lobisomem*, já na décima edição, ele nos soltou dois balaios de crônicas leves e cheias dessa boa sacanagem brasileira: *Porque Luílu Bergantim não Atravesou o Rubicon* (duas edições, já) e *Um Ninho de Mafagafos Cheio de Mafagafinhos*. José Cândido de Carvalho trabalha sério em um outro romance, calado, para desmentir certas críticas que consideram produções menores os seus trabalhos mais recentes. *Ninguém Mata o Arco-Íris* saiu pela José Olímpio.

• O filho do escritor Érico Veríssimo, Luís Fernando Veríssimo, entregou a uma editora carioca um livro de crônicas (deliciosas) escritas para jornais gaúchos e paulistas.

• Está para sair em Varóvia o primeiro volume da *Obra Completa* de Oskar Lange, falecido há algum tempo. Muito conhecido no Brasil — inclusive em áreas econômicas conservadoras —, o plano de publicação prevê um total de oito volumes, inclusive com vários inéditos, artigos de jornal não reunidos e correspondência. As idéias de Lange sempre foram muito polêmicas.

• Atingiu a terceira edição o *Martín Fierro* que os gaúchos fizeram em Porto Alegre para comemorar o centenário de nascimento do argentino José Hernández (1834/1886), autor do grande clássico. A primeira edição foi vendida totalmente em praça pública, numa feira de livros. O *Conselheiro Cultural* Ruben Vela, da Embaixada da Argentina, elogiou muito a tradução, feita por Nogueira Leiria (que, infelizmente, não chegou a vê-la publicada, por haver falecido pouquinho tempo antes). Pena que falte um glossário de termos regionais.

• Se alguém estiver interessado em literatura

chicana é só escrever para o professor norte-americano Jon M. Totman/Dep. of Spanish and Portuguese/Indiana University/

Bloomington/Indiana 47401/USA. Ele esteve recentemente no Rio e em São Paulo (além de Pernambuco) fazendo pesquisas e filmando tudo a respeito de *Semana de Arte Moderna*. Apesar de falar corretamente o português, o professor Totman perguntou com insistência a várias pessoas porque as esquerdas brasileiras não possuíam um jornal circulando normalmente. Muita gente ficou sem saber se era ingenuidade ou provocação, mesmo.

• O *Conselheiro Cultural* Ruben Vela, poeta de extraordinária sensibilidade, terá uma seleção de seus poemas publicados pela *Vozes*, ainda este ano. Ele já ganhou todos os prêmios literários argentinos mais importantes.

• Foi ótima a idéia da Distribuidora Record de lançar ou relançar — em português os livros principais de Erich Maria Remarque, um autor que, apesar dos ideais românticos que

colocou em seus trabalhos, merece ser melhor conhecido, pois sempre combateu com vigor o nazismo e outras deformações políticas desumanas.

• O professor Ivan Cavalcanti Proença está preparando para a José Olímpio uma seleta do seu pai, M. Cavalcanti Proença, intelectual dos mais dignos da República, infelizmente já falecido. Dele, saiu há pouco menos de dois meses a segunda edição de José de Alencar, pela *Civilização Brasileira*. A Grifo prepara agora uma outra edição (segunda, também) de Augusto dos Anjos e *Outros Estudos*.

• Bom exemplo de antiarianismo e anti-racismo: o escritor Jorge Luís Borges, adorado pelas cláques, embora seja um excelente estilista, em um debate publicado no jornal *La Nación*, de 6 de agosto deste ano, e que somente agora eu leio, enviado por um amigo, diz o seguinte ao responder uma pergunta sobre se existe ou não violência contra os negros americanos:

— Sí, existen porque han cometido el error de



José Cândido

educarlos. Por ejemplo, mi abuela (avó) me decía que los esclavos negros que tenía no sabían que sus abuelos habían sido vendidos en la Plaza del Llavallol, porque el negro no tenía memoria histórica. Sí en los Estados Unidos no lo hubieran educado, no sabrían que son descendientes de esclavos; en certa forma, los negros son como chicos. Um pouco mais abaixo, Borges diz ainda: convengamos que de alguma maneira Alemanha ha sido más importante para el mundo que el Congo.

Sem comentários.

De como fui confundido com russo numa noite escura de novembro, em Londres, o ideal de Jeff Thomas. No Bolshoi Teatro, o caviar é o nosso sanduíche de mortadela. Também aparece Marinha, de olhos verdes, querendo dormir. Henrivelto Martins está sendo tungado nos seus direitos. de Ave Maria no morro.

MEMÓRIAS
DE UM
DIPLOMATA

Quando a mortadela é caviar

O homem do turismo, meu acompanhante, me levou ao Teatro Bolshoi, em Moscou, para assistir uma récita do famoso balé. Pelo menos houve senso nas revoluções soviéticas: a conservação dos monumentos dos tzares. O Teatro Bolshoi é o retrato de uma época. Não foi nem possível compará-lo ao nosso Municipal, pela discrepância e pela humilhação. Também não quero falar no espetáculo, embora seja um absoluto e total analfa na arte que, como dizem os entendidos, consagrou Nijinski.

O que quero contar é que no intervalo do primeiro para o segundo ato, meu acompanhante falou:

— Vamos no hall fumar e comer alguma coisa?

— Onde?

— Ali, no hall.

Pessoas saíam em busca do fumo e outras das hebericações. Ao lado do salão de cena, um grande salão onde pessoas se encostavam para serem servidas por garçons de luvas e casacas. O acompanhante me ofereceu um líquido qualquer.

— O que é isso?

— Não é nada. Refresco.

Depois me entregou um pedaço de pão com algo escuro por dentro. Pensei: deve ser sanduíche de mortadela. Ou de um troço qualquer. Perguntei

— O que é isso?

— Isso o quê?

— Dentro do pão?

— Caviar.

— Hein? Caviar? Isso aqui dentro é caviar? Você falou que era caviar?

O acompanhante me olhou sério:

— Não conhece caviar?

— Conheço, sim... É um troço que o Ibrahim Sued come há vinte anos e até escreveu um livro pra contar pra gente.

AS NOSSAS MÚSICAS

Em andanças por aí, voando dez, doze e, às vezes, quatorze horas, já escutei muita música brasileira executadas nos aviões. A gente compra o escutador por dois dólares bota no ouvido um egoísta e passa dia e noite escutando musiquinhas. É por onde saem as nossas Aquarelas do Brasil, Baixa do Sapateiro, etc. etc. e outras menos votadas.

Mas no dia em que cheguei ao Berolína Hotel, em Berlim oriental, fui direto ao quarto. Hotel bacana para o lado oriental. Moderno. Quarto moderníssimo, com banheiro de

vidro. Ao lado da cama, um botão de rádio. Ligo-o. No exato momento, um cantor alemão de voz grossa cantava Ave Maria no Morro em alemão. O rapaz do hotel veio com a mala. Perguntei:

— Sabe que música é essa?

— É música alemã. Daqui mesmo do lado oriental.

Olhei bem sério:

— Não será música brasileira?

— Brasil? Não, não...

— Como é o nome?

E o rapaz, muito consciente:

— Afrutieunheim!

E eu:

— Ahnnn...

Herivelto Martins, autor da Ave Maria no Morro estava, naquele momento, sendo tungado em Berlim oriental. Coisas.

O GARÇON

Para não me exhibir, sentei bem atrás, no restaurante do hotel onde ficara hospedado em Londres. Era uma noite fria de novembro. Eu chegara cansado. Tinha determinado não sair. Ficaria para fazer contatos no dia seguinte. Veio o garçon e perguntou em inglês:

— O que deseja comer?

Meu inglês é mais miserável do que o português do Papa Paulo VI, quando nos dá sua benção. Respondi:

— Bife com batatas.

Dez minutos depois fui servido. O garçon ficou perto de minha mesa. Ali no fundo, ele dominava o salão que, naquela hora, tinha pouca gente. Aí puxou conversa em inglês:

— Está em Londres a passeio?

— Yes.

— Chegou quando?

— Hoje à tardinha.

— De onde veio?

— De Moscou.

— Moscou? Oh, eu só falto adivinhar. Tinha certeza de que o senhor era russo.

Fiquei ofendido. Olhei para o garçon e respondi, procurando meu melhor inglês.

— Não sou russo. Sou brasileiro. Brasil! South America...

O garçon arregalou os olhos se aproximou e me disse quase aos berros:

— E eu sou português, oh diabo... Estamos cá nós a falar inglês feitos duas bestas...

Chamava-se Antônio e estava há cinco anos em Londres, como garçon. Mas me disse:

— Minha vontade era ir pro Brasil!

Mais um.

COM MARINA

Marina, loura, gorducha, passando dos trinta e picos, tomava conta do andar do Hotel Continental em Moscou. Numa saleta, via-se televisão. Era véspera do Dia Nacional da URSS e a TV, depois de um programa musical com iê,iê,iê em russo e três cabeludos de guitarra (eles também lá não estão imunes a isso), passava um filme da vida de Lenine. Arranjaram um sujeito baixote que ficou mesmo igual a Lenine.

Marina esteve dez anos em Paris. Fala francês correntemente. Sentou-se a meu lado, na saleta, vendo TV e conversando. Em francês, ela e eu em argot, claro! Quis saber tudo. De onde era? Ah, sim, Brasil, já escutara falar. As horas vão passando. Marina toma conta do andar até 1 da matina.

A conversa foi ficando agradável. Em dado momento, Marina me disse:

— Monsieur não jantou ontem, quando chegou.

Lembrei que não tinha jantado. Era verdade. Puxa, estava me espiando. Falei que chegara cansado e dormira direto. Marina passou a ficar com cuidados.

O filme do Lenine continua. Marina vira-se para mim:

— Podiam passar coisa melhor na televisão. Só política, política, já estou cheia disso...

Não falei nada. Sei lá se ela queria saber minha opinião. Marina era solteira, trabalhava 24 horas seguidas e folgava 72 horas. Ganhava 60 rublôs por mês. Anel e relógio de ouro e perfume francês. Mas se queixa:

— Puxa, a gente ganha tão pouco.

— Sei. Quanto paga de apartamento?

— Vinte por cento do que ganho. É um flat.

As horas passando. Uns hóspedes se levantam e vão dormir. Fiquei só com Marina na saleta. Aí pela uma da manhã, acabou a televisão estatal. Levantei. Marina também. Virou-se para mim:

— Monsieur, desculpe eu não ir dormir com você.

Tomei um susto. E ela:

— Sabe, fica feio, amanhã você vai embora... não fica bem...

Olhei Marina com seus olhos verdes e sua gorduchice e falei:

— Mas eu também não pedi!

Ela riu. Às duas horas da manhã bateu à porta do meu quarto.

A Editoria

JOSÉ ANTONIO NANIA (São Paulo — São Paulo) — "Quando o interesse e a pusilanimidade tornam-se uma barreira para a verdade, transformando o sabujismo adulatorio numa prática inerente a todas as camadas, graus e dimensões da imprensa nacional, é grato ver circular em nosso meio um inteligente semanário como POLITIKA, que vem de encontro aos ideais e aspirações dos que hoje recusam-se a ser a favor só por medo de irem contra, e que mantêm, ou pelo menos procuram manter, suas ações e pontos de vista num estágio de serenidade e sensatez, sem a pernicioso interferência de um chauvinismo ofuscante e alienador, natural dos regimes totalitários".

Angola saúda POLITIKA

L.FREITAS CALDAS (Rio de Janeiro — Guanabara) — "Sobre o Manifesto dos Mineiros, por que agora aquele dever de resistência e de luta pela liberdade anda tão esquecido pelos mineiros e brasileiros de um modo geral? geral? Por que aquele espírito bravo e destemido não volta, hoje, a se manifestar? O mesmo é assim tão por demais que desfibrou aquela fibra? Ao menos por respeito à memória de um Artur Bernardes e de um Milton Campos, por que novo manifesto não vem à tona, agora que vivemos numa época à sua semelhança? O povo brasileiro anda perdendo aquela fibra de um Frei Caneca ou de Tiradentes? Será o sub-consumo alimentar ou a desnutrição que estão transformando o brasileiro em um molambo de pele e osso, apenas? Por que a sinuosidade, à Magalhães Pinto, fazendo publicar o referido Manifesto, de tantos anos atrás, quando um novo, atual, é que deveria vir à publicação com todos os riscos e responsabilidades de homens públicas que são? Por que o acomodamento de homens que nada têm a perder, se porventura a situação vier a marcá-los? E os compromissos que eles assumiram com o povo, onde ficam? Nos seus milhões de cruzeirinhos que recebem no Congresso para fazerem transcrever nos anais poesias e outros bichos? E também POLITIKA precisa ser mais política na verdadeira acepção do vocábulo, pugnando pelo interesse nacional e enfrentando os poderosos

CENTRO ACADEMICO DE ESTUDOS DE QUÍMICA (Universidade Estadual de Campinas — Campinas — São Paulo) — "Recebemos com satisfação a resposta à nossa carta. Já contávamos com o presente (assinatura) e

também compreendemos a situação de vocês em relação aos números atrasados. Para tanto enviamos os cheques 20472 de Cr\$ 57,00 e 204273 de Cr\$ 30,00, ambos pagáveis no Rio, correspondentes aos números atrasados de 20 até 48."

ERNESTO TEIXEIRA DO NASCIMENTO (Santos — São Paulo) — "Quarta ou quinta carta reclamando assinatura. POLITIKA ainda existe? Se existe, por que não entregam aos assinantes. Esta vai com cópia para Ponto Promoções e Fernando Chingalia. Será que alguém me atende? Já lá se vão três meses que nada recebo, nem o dinheiro da assinatura que gostaria devolvessem, cancelando-a".

Doutor Ernesto, esta é a primeira carta que recebemos. E como o senhor já deve ter percebido, enviamos os números atrasados e vamos mandar, sistematicamente, todas as semanas. Um detalhe: se as cartas anteriores tivessem chegado, teríamos agido como agora. Um abraço.

NEI MANN (Distrito Federal — Brasília) — "Necessito dos seguintes números atrasados de POLITIKA: 11, 12, 13, 14, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 36, 37, 40, 43, 48 e 50. Gostaria de saber a forma que utilizam para o pagamento de tais pedidos. Seria possível publicar através da seção de correspondência um pedido meu no sentido de que se alguém possuir os números 1, 2, 3, 4 e 12 do Semanário Fato Novo e deles quiser se desfazer, estou interessado na transação."

Você, Nei, deve enviar um cheque visado, pagável na Guanabara, em nome da Editora Tora Ltda., no valor dos jornais que pedir.

Quanto ao Fato Novo, está aí o pedido.

JOSIMO OLIVEIRA REIS (Juazeiro do Norte — Ceará) — "Leio com atenção seu jornal e aprecio bastante. Vez por outra, como é compreensível, alguns comentários fogem à realidade. Por isso, venho à sua presença para pedir uma retificação em referência à notícia Juazeiro da Casa Grande. Não é verdade que Juazeiro do Ceará, ou do padre Cícero, tenha dono político. A informação do ilustre deputado Paes de Andrade, num evidente otimismo de véspera de eleição, não é exato. Em Juazeiro, desde o desaparecimento do padre Cícero, em 1934, nunca apareceu liderança política que vivesse mais de quatro anos. Recentemente, isto é, na década de 60, tivemos o médico Conerva Feitosa e o outro médico Mauro Sampaio, que conquistaram a confiança popular, ambos com boa administração municipal. Depois surgiram os irmãos Bezerra, erradamente dados como generais. Estão ainda na linha de coronéis. Um fez excelente administração municipal e isso permitiu que conseguisse a deputação estadual (presidência da AL) e outro, depois de deputado federal, é o vice-governador. Inegavelmente, que no momento tem o preferência popular, pois venceram bem a eleição, pois o MDB do deputado Paes de Andrade correu com três candidatos e levou a pior. Todavia, a liderança dos Bezerra está começando agora e luta para se firmar com o caciquismo do senador Virgílio Távora, que quer ser o dono do Ceará. A retificação que desejo pedir é essa — os Bezerra tem poder e prestígio, mas não são donos da terra, que é a cidade mais politizada do Ceará. O nosso caro deputado Paes de An-



MPLA
Movimento popular de libertação de Angola
FOLKMOBILISEREN FOR ANGOLAS BEFREELSE
ANGOLAN KANSAN VAPAUTUSUKKE

Representations
Y. N. 22 10/11/72
M. N. 1. 1. 1

ALGERIE
28000 P. Chabouk Mousad
Tél. 44 02, 44 03, 44 04
- Adresse télégr. : MWANG
- Téléphone : 58 07 70
Alger

ITALIE
Viale Giulio Cesare, 11
Téléphone : 37 84 45
Rome

ALGERIE
Aly Street 118 Et. 2
Téléphone : 80 32 80
- Casse

ANGOLA
Unité Postale : 93 53
- Adresse télégr. : MWANG
Téléphone : 48 15
Brazzaville

ESTONIE
Väinämäkeläntie 45 100
Tél. : 21 04 90/91/92/93
11 128 Stockholm
Adresse télégr. : angolabrazil

TANZANIE
P.O. Box 30 725
Tél. : 24 200 - 21 200
Dar-es-Salaam

YUGOSLAVIE
Unité Postale, 5 - III
Star 5
Téléphone : 330 041
11 000 Belgrade

Bosnie Postale : 752
Sarajevo 6

ZAMBIE
P.O. Box 19 95
Téléphone : 747 33
Lusaka

Polika: Sebastian Nery
Av. Rio Branco 133
Apt. 1601
Rio de Janeiro, Brasil

Estocolmo, 2.II 1972

Prezado senhor,

Acabo de ler um exemplar do seu jornal semanal politika que muito apreciei. Aproveito a oportunidade para lhe enviar algumas publicações nossas, as quais lhe peço estabelecer um sistema de intercâmbio. Esperando sua resposta me subscrevo, atentamente.


Antonio Alberto Neto
Representante de Angola na Suécia

Endereço: António Alberto Neto
Rinkebyvägen 95/401
163 74 Spånga
Sweden

AAH/am1

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (Spanga — Suécia) — "Acabo de ler um exemplar do seu jornal POLITIKA, que muito apreciei. Aproveito a oportunidade para lhe enviar algumas publicações nossas, às quais lhe peço estabelecer um sistema de intercâmbio. Esperando sua resposta, subscrevo-me anteciosamente".

drade já foi prestígio em JN, ao tempo de seu sogro, o famoso Martins Rodrigues, um dos poucos nazistas honrados deste país. Grato pela acolhida, firme-se cordialmente o leitor agradecido."

RAUL FALCÃO (Pelotas — Rio Grande do Sul) — "Solicito enviar-me os números 28, 29, 31 e 33 de POLITIKA, pois o distribuidor local não os recebeu e nem se interessou em mandar buscá-los. Anexo Cr\$ 8,00 para o pagamento dos exemplares, a fim de completar a minha coleção. Por oportuno, informo-lhe que, em 6 de outubro passado, remeti-lhe carta solicitando o que ora reitero, sem que até agora fosse atendido. Entendi que foi por não ter mandado o numerário correspondente".

DIRETÓRIO ACADEMICO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA (Vitória — Espírito Santo) —

"Temos lido alguns números de POLITIKA e verificado que se trata de um jornal que é o reflexo da análise da realidade global de nosso país, escrevendo a respeito daquilo que todos estão pensando ou deveriam pensar, sendo antes de mais nada dirigido-a pessoas inteligentes. Levando-se tudo isso em consideração é que vimos solicitar que nos seja concedida uma assinatura de POLITIKA, uma vez que queremos ser leitores de verdade, e não temos a possibilidade, devido às precárias condições que se encontram todos os diretórios da UFES, estando atualmente dispersos, não recebendo nada para sua manutenção".

Já está concedida a assinatura. Vocês começarão a receber o jornal nesta semana.

E A FOTO PROIBIDA



POLITIKA

EDITORA TORA LTDA.

Presidente: Philomena Gebran

Diretor: Sebastião Nery

Conselho Editorial: Oliveira Bastos, Gerardo Mello Mourão, Paschoal Carlos Magno.

Gerente: Enéas Resque.

Editores: Jorge França, Mury Lydia.

Arte: Antonio Calegari, Tina Matera.

Ilustração: Luís Fonseca.

Humor: Fritz e Fafs

Correspondente em Brasília: Murilo Marroquim.

Direção e Redação: Av. Rio Branco, 133, grupo 1601 — telefone 232-1981 — Rio, GB.

São Paulo: Assistente de diretoria — Paulo Pereira — Av. 9 de Julho, 254, 3º andar — telefone 34-1627.

Brasília: Plantec Ltda. — Av. W-3 (setor comercial) Edifício Sônia, 4º andar — telefone 24-5376 — 24-7376.

Fortaleza: Dário Macedo — Av. Visconde do Rio Branco, 1484 Fone 26-6837

Porto Alegre: Rui Silva de Carvalho —

Rua Miguel Tostes, 924, grupo 101 — telefone 23-1754.

Fotos: Tribuna da Imprensa e O Jornal. Distribuição exclusiva para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A — Rua Teodoro da Silva, 907 (Grajá) — Rio, GB.

Composição e impressão: máquinas eletrônicas IBM da Gráfica Editora Jornal do Commercio — Rio, GB.